

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
DEPARTAMENTO DE DIREITO – DIR
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

LUCAS PEREIRA OLIVEIRA

A INEFICÁCIA DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS ATUAIS NO
COMBATE À VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS

Florianópolis

2014

LUCAS PEREIRA OLIVEIRA

**A INEFICÁCIA DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS ATUAIS NO
COMBATE À VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS**

Monografia submetida à Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Morais da
Rosa

Florianópolis

2014



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
Colegiado do Curso de Graduação em Direito

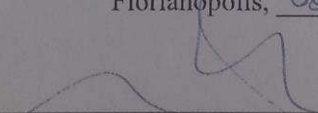
TERMO DE APROVAÇÃO

A presente monografia, intitulada
A INEFICÁCIA DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS ATUAIS NO COMBATE À
VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS

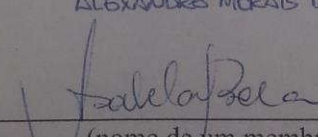
elaborada pelo acadêmico
LOCAS PEREIRA OLIVEIRA

defendida nesta data e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos
membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10
(DE 7), sendo julgada adequada para o cumprimento do
requisito legal previsto no art. 9º da Portaria nº 1886/94/MEC, regulamentado pela
Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE,
bem como, pela Res. CNE/CES/09/2004.

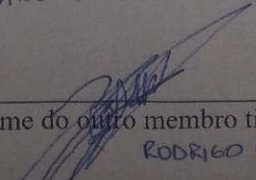
Florianópolis, 08 / julho /2014.



(nome do orientador)
ALEXANDRE MORAIS DA ROSA



(nome de um membro titular)
ISABELA SOUZA DE BORJA



(nome do outro membro titular)
RODRIGO BAYER

AGRADECIMENTOS

À minha família – em especial aos meus pais, Julio e Maurilia, e a minha irmã Francielle – por toda educação que me deram desde o nascimento e, principalmente, por serem o que tenho de mais importante na vida: uma fonte inesgotável de carinho e amor.

À minha namorada, Marina Caume, não apenas por toda ajuda na realização deste trabalho, mas por ser e me fazer sentir uma pessoa especial, tornando meus dias sempre mais felizes.

Aos amigos e colegas de graduação, pela companhia constante durante estes anos de faculdade, seja na sala de aula, no Berinjela ou no Servidores.

Ao meu Orientador, Dr. Alexandre Moraes da Rosa, pelos ensinamentos que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Ao César Silva, Fantick, Jacaré, Régis, Alex Rossi, Fábio Oliveira, Marquinhos, Evando e tantos outros jogadores que fizeram minha alegria, e muitas vezes minha tristeza, nos momentos que passei em um estádio de futebol.

Ao portal Impedimento, por identificar os três elementos que tornam o futebol um esporte mágico: loucura, psicopatia e caos.

RESUMO

Por meio da análise da legislação pertinente e de trabalhos científicos relacionados ao tema, a monografia objetiva verificar se os instrumentos jurídicos atualmente relacionados à segurança nos estádios brasileiros alcançam seu objetivo declarado, qual seja, o de reduzir o número de ocorrências violentas relacionadas ao futebol. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o questionamento sobre a violência relacionada ao futebol não pode ser operado senão mediante uma ampla leitura que contemple não somente os fatores econômico-sociais, como também as distinções relacionadas à prática desportiva e ao ato de torcer. Dentro desse tema, é realizada uma breve análise do contexto inglês para combate da violência ligada ao futebol, em especial com relação aos chamados hooligans, nos anos 1990. Trata-se de momento importante, eis que o modelo de segurança nos estádios criado a partir do denominado Relatório Taylor (Taylor Report) serviu de inspiração para políticas de combate ao problema em todo mundo, inclusive no Brasil. Em relação à realidade encontrada em nosso país, entendeu-se por bem lançar um estudo sobre as origens e o histórico das chamadas torcidas organizadas, porquanto estas são consideradas, pela opinião pública, as principais responsáveis pelos atos de violência que o Brasil tem enfrentado no decorrer dos últimos anos dentro do ambiente futebolístico. Na análise das políticas públicas que visam tratar desse fenômeno, são identificadas três medidas relevantes. A principal delas é o Estatuto do Torcedor, diploma legal que, através dos seus vários artigos que dispõe acerca da segurança nos estádios, traçou as bases da política de controle da violência adotada pelo Poder Público no tratamento dessa questão. A partir desta lei, outras políticas surgiram, entre as quais destacamos o banimento das bebidas alcoólicas dos estádios de futebol e o deslocamento de juizados especiais criminais para os estádios em dia de jogos. Essas são as iniciativas estatais que mais influíram no ambiente esportivo e, em nossa reflexão, não lograram êxito em reduzir a violência nestes espaços, sendo responsáveis ainda por gerar outros efeitos de caráter perverso, entre os quais destacamos a elitização das praças esportivas, confirmada e reproduzida pela valorização da figura do torcedor-consumidor, e a criminalização das torcidas organizadas. Conclui-se que a política de segurança – em especial a criminal – relativa aos estádios de futebol deve ser concebida como integrante de uma ampla política social, aberta à problematização de suas consequências nos variados segmentos de nossa sociedade e, antes de mais nada, comprometida com o torcedor – e não com o consumo.

Palavras-Chave: Futebol e Violência. Hooliganismo. Torcidas Organizadas. Estádios de futebol. Estatuto do torcedor.



LISTA DE ABREVIATURAS

EDT- Estatuto de Defesa do Torcedor

FIFA- Fédération Internationale de Football Association

JECRIM- Juizado Especial Criminal

UEFA- Union of European Football Associations

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O FUTEBOL E A VIOLÊNCIA: UMA VELHA RELAÇÃO.....	11
1.1 O FUTEBOL E O ATO DE TORCER: ORIGEM E ASPECTOS VIOLENTOS	12
1.2 A INGLATERRA E A LUTA CONTRA O HOOLIGANISMO	21
1.3 O CASO BRASILEIRO: A FORMAÇÃO DAS TORCIDAS ORGANIZADAS.....	24
2 OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE COMBATE À VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS BRASILEIROS.....	30
2.1 O ESTATUTO DO TORCEDOR E A SEGURANÇA NOS ESTÁDIOS	30
2.2 A PROIBIÇÃO DA VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NOS EVENTOS ESPORTIVOS.....	42
2.3 JUIZADOS CRIMINAIS NOS ESTÁDIOS – SANTA CATARINA E O PROGRAMA JUSTIÇA PRESENTE.....	45
3 UMA ANÁLISE CRÍTICA DA POLÍTICA DE SEGURANÇA IMPLEMENTADA NOS ESTÁDIOS BRASILEIROS	49
3.1 PROIBIR AS BEBIDAS REDUZIU A VIOLÊNCIA?.....	49
3.2 O DESLOCAMENTO DOS JUIZADOS CRIMINAIS AOS ESTÁDIOS E SUA INOCUIDADE	54
3.3 O IDEAL DO TORCEDOR-CONSUMIDOR E A ELITIZAÇÃO DAS ARQUIBANCADAS	60
3.4 A POLÍTICA BRASILEIRA DE SEGURANÇA NOS ESTÁDIOS – CRIMINALIZAÇÃO E REPRESSÃO	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo, em apertada síntese, verificar se os instrumentos jurídicos atualmente relacionados à segurança nos estádios brasileiros alcançam seu objetivo declarado, qual seja, reduzir o número de ocorrências violentas relacionadas ao futebol.

Necessário confessar que tal escolha foi motivada, antes de mais nada, pela paixão do autor pelo Futebol. Paixão esta que, compartilhada com milhões de outros torcedores no Brasil e no Mundo, seria suficiente para explicar a importância do tema.

Acreditamos, porém, que a ausência de um debate consistente, amplo e complexo sobre a política de segurança empregada nos estádios brasileiros, bem como de suas consequências e contradições, vem agindo negativamente sobre as praças desportivas e sobre a própria forma de se viver o futebol, razão pela qual escolheu-se, em definitivo, este enfoque.

É cediço que, com a promoção da Copa do Mundo 2014 no Brasil, a segurança nos estádios voltou a ser objeto de debates. O problema, no entanto, não é conjuntural: há anos o Brasil vem enfrentando casos de violência relacionadas ao futebol. A violência aqui discutida, portanto, não é aquela que acontece entre as quatro linhas do campo, mas entre torcedores e indivíduos por motivos e/ou em espaços relacionados à prática do esporte.

Números apontam que há uma escalada nos índices de eventos violentos ligados ao futebol. Ainda que seja possível que grande parcela de ocorrências remanesça em cifra oculta, dados que serão apresentados mais a frente – mas que pela sua importância trazemos desde já - indicam que, entre os anos de 1999 e 2008, foram registrados quarenta e duas mortes de torcedores em conflitos dentro, no entorno ou nos acessos aos estádios de futebol (MURAD, 2007). Somente no ano de 2012, porém, teriam sido vinte e três, e em 2013, trinta os mortos relacionados ao futebol (MAISFUTEBOL, 2013).

Assim, a despeito da edição de uma legislação especificamente voltada à regulação dos eventos desportivos (qual seja, o chamado Estatuto de Defesa do Torcedor, a Lei nº 10.671 de 2003), não se logrou êxito na diminuição dos eventos violentos ligados ao esporte, aqui, em especial, ao futebol.

Frente a tal cenário, este trabalho dedica-se a levantar os principais instrumentos jurídicos que tratam da segurança nos estádios brasileiros e que, portanto, fazem parte da política de segurança ligada ao esporte.

Para tanto, parte-se, porém, do pressuposto de que o questionamento sobre a violência relacionada ao futebol não pode ser operado senão mediante uma ampla leitura que contemple não somente fatores econômico sociais, como também as particularidades relacionadas à prática desportiva e ao ato de torcer.

Por tal motivo, começa-se por traçar um breve panorama sobre o contexto de criação e massificação do futebol, levantando também alguns estudos que, provenientes das mais diversas áreas do conhecimento, se debruçaram sobre as raízes das relações entre violência e futebol.

Passa-se também por uma breve análise do contexto inglês para combate da violência ligada ao futebol, em especial com relação aos chamados hooligans nos anos 1990. Trata-se de momento importante, eis que o modelo de segurança nos estádios criado a partir do denominado Relatório Taylor (Taylor Report) serviu de inspiração para políticas de combate ao problema em todo mundo, inclusive no Brasil.

Com relação ao modelo brasileiro, entendeu-se por bem, antes de mais nada, lançar, em caráter introdutório, um estudo sobre as origens e o histórico das chamadas torcidas organizadas. Isso porque se para a Copa do Mundo a preocupação voltou-se ao perigo de que protestos políticos intervissem no regular acontecimento do evento, nos parece que o enfrentamento da questão no dia a dia do futebol brasileiro também tem elegido o “Outro” enquanto elemento perigoso à ordem social. Assim, às torcidas organizadas vem sendo sistematicamente atribuída a culpa pelos eventos violentos ligados ao esporte.

O segundo capítulo, por seu turno, dedica-se exclusivamente ao levantamento dos principais dispositivos jurídicos atinentes à política de segurança nos estádios e breve discussão jurisprudencial e doutrinária sobre tal.

Partindo-se, neste momento, do pressuposto teórico de que as legislações possuem objetivos declarados e simbólicos, o terceiro capítulo, a partir do substrato teórico ofertado pelos capítulos antecedentes, tem como objetivo analisar as contradições e efeitos da política de segurança cujo aparato legal se encontra, em especial, no Estatuto de Defesa do Torcedor.

Para tanto, em análise que não pretende apenas contribuir- e não exaurir- o debate crítico sobre a legislação vigente, levanta-se quatro tópicos principais: A política de banimento das bebidas alcoólicas dos estádios de futebol (alegadamente positivada pelo art. 13-A do Estatuto de Defesa do Torcedor), o deslocamento de juizados especiais criminais para os estádios em dia de jogos, a elitização do futebol reproduzida pela criação da figura do torcedor-consumidor (confirmada pelo art. 2º do EDT) e, por fim, a criminalização das torcidas organizadas.

Assim, comungamos aqui com Eduardo Archetti (1992, p.32) ao enunciar que o futebol não pode ser entendido nem como um ritual de rebelião aberta, e nem como ópio das massas, mas sim como um rico, complexo e aberto cenário que deve ser levado a sério.

Na mesma esteira, a política de segurança – em especial a política criminal- relativa aos estádios de futebol também deve ser concebida como integrante de uma ampla política social, aberta à problematização de suas consequências nos variados segmentos sociais e, antes de mais nada, comprometida com o torcedor- e não com o consumo.

1 O FUTEBOL E A VIOLÊNCIA: UMA VELHA RELAÇÃO

Não foram poucos os acontecimentos que, nos últimos anos, trouxeram à tona a discussão acerca da violência nas praças esportivas. Somente no ano de 2013, vários foram os casos registrados, os quais geraram, ao menos momentaneamente, debates sobre o tema.

A cifra sobre a violência ligada ao futebol é de difícil apuração. Conquanto seja possível que grande seja a parcela oculta de ocorrências, dados colhidos por Maurício Murad (2007) indicam que, entre os anos de 1999 e 2008, foram registrados quarenta e duas mortes de torcedores em conflitos dentro, no entorno ou nos acessos aos estádios de futebol.

Estatísticas colhidas em periódico especializado indicam que tais números tem sofrido uma escalada, tendo sido, em 2012, vinte e três, e em 2013, trinta os mortos relacionados ao futebol. Ainda, aproximadamente dois terços das mortes nos últimos vinte e cinco anos relacionadas ao principal esporte do país foram de jovens até trinta anos (MAISFUTEBOL, 2013).

Recentemente, a grande atenção dada pela mídia à briga generalizada entre torcedores do Atlético-PR e Vasco da Gama, ocorrida no dia 8 de dezembro na Arena Joinville¹, somada à aproximação da realização da Copa do Mundo no Brasil, trouxe novamente a lume o debate sobre a questão.

No entanto, ainda que a notoriedade midiática alcançada por tal episódio faça supor que estamos diante de um fenômeno isolado e pouco corriqueiro, a ocorrência de episódios violentos ligados ao futebol remonta à própria origem do esporte. Em outras palavras, a compreensão da violência relacionada ao futebol não pode ser operada senão mediante uma ampla leitura que contemple não somente fatores econômico sociais, como também as particularidades relacionadas à prática desportiva e ao ato de torcer.

Interessa observar que cada vez mais pesquisadores, das mais diversas áreas do conhecimento, tem se debruçado sobre as raízes de tais episódios, buscando explicações políticas, sociológicas, psicológicas e antropológicas que melhor compreendam os motivos

¹ Cf. BRIGA NA ARENA JOINVILLE DEIXA TRÊS PESSOAS HOSPITALIZADAS. Estadão, 08 dez. 2013. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,briga-na-arena-joinville-deixa-tres-pessoas-hospitalizadas,1106022>>. Acesso em: 08 mar. 2014 e BRIGA GENERALIZADA DE TORCIDAS DEIXA QUATRO FERIDOS NA ARENA JOINVILLE. Globo Esporte, 08 dez. 2013. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/brasileirao-serie-a/noticia/2013/12/briga-na-arquibancada-paralisa-jogo-entre-furacao-e-vasco.html>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

pelos quais, vez ou outra, a prática do futebol estimula a ocorrência de atos violentos entre aqueles que a acompanham.

Não é demais anotar que não se trata de uma exclusividade nacional, uma vez que vários países ao redor do globo padecem do mesmo mal. Nesse sentido, o modelo criado na Inglaterra a partir do denominado Relatório Taylor (Taylor Report) serviu de inspiração para políticas de combate ao problema em todo mundo, inclusive no Brasil. Tal importação, porém, pode demonstrar-se inadequada à medida que deixa de contemplar as peculiaridades de cada país.

Dentro destas políticas de combate à violência relacionada ao futebol, é natural que se criem legislações com o fito de regular as questões pertinentes.

No Brasil, ainda que a atuação jurídica tenha, nos últimos anos, sido ampliada - tanto no âmbito do Poder Legislativo, quanto através do Poder Judiciário e do Ministério Público - mantém-se ainda dissociada da produção acadêmica sobre o assunto, engendrando uma política repressiva às práticas de violência ligada ao desporto que não vem logrando o êxito almejado ou cumprindo seus objetivos declarados.

O levantamento dos principais instrumentos jurídicos que compõe a política nacional de combate à violência no futebol brasileiro, bem como a análise crítica dos mesmos, serão objeto do segundo e terceiro capítulo do presente trabalho.

Isto dito, o presente capítulo, enquanto introdutório do estudo a que se propõe esta monografia, se dispõe a realizar um resgate histórico da relação entre violência e futebol, bem como a promover um apanhado panorâmico do tratamento dado ao assunto em várias áreas do conhecimento, objetivando assim formar um substrato teórico interdisciplinar capaz de possibilitar uma análise crítica dos instrumentos jurídicos atuais no combate à violência ligada ao futebol.

1.1 O FUTEBOL E O ATO DE TORCER: ORIGEM E ASPECTOS VIOLENTOS

O futebol, na forma como o conhecemos hoje, surgiu nas universidades inglesas, durante o século XIX. Contudo, até o surgimento do formato atual, várias foram as civilizações que praticaram jogos similares a ele, os quais, ainda que apresentassem grandes diferenças entre si, tinham em comum uma forte relação com o espírito guerreiro e a violência.

A primeira forma de jogo com bola registrada historicamente surgiu na China, entre 3.000 e 2.500 a.C. Segundo Unzelte (2002), durante a dinastia do imperador chinês Huang-ti, era costume chutar crânios de inimigos derrotados. Tal prática deu origem ao tsu-chu, jogo no qual os mencionados crânios – depois substituídos por bolas de couro – deveriam ser lançados por seus praticantes com os pés para além de duas estacas cravadas no chão, as quais faziam o papel das atuais traves. O tsu-chu, então, passou a ser utilizado em treinamentos militares, com a instituição de regras para sua prática, transformando-se também em passatempo da nobreza chinesa.

Outro antepassado do futebol é o tlachtli, praticado na América Central desde mais ou menos 900 a.C. Disputado em um campo retangular e com bola de borracha artesanal, tomava lugar nos pátios que separavam dois templos. Diz-se que, pelo menos no princípio, o capitão da equipe perdedora era sacrificado ao fim do jogo, na maioria das vezes por decapitação (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Na Europa, são vários os registros de jogos semelhantes ao futebol, destacando-se o epyskiros e o harpastum, praticados na Grécia e Roma antiga, respectivamente, bem como o soule, jogado na França medieval, e o calcio, muito popular na Itália renascentista. Não existem indícios de que os jogos mencionados tenham, de alguma forma, chegado à Inglaterra, ainda que alguns historiadores afirmem ser provável que os romanos tenham praticado o harpastum em solo bretão durante as expedições de Júlio César (UNZELTE, 2002).

Sabe-se, no entanto, que a prática de jogos com bola em solo inglês está atestada desde 1174, conforme relato de Franco Júnior:

Por ocasião da festa popular da Schrovetide (que coincidia com a Terça-Feira Gorda do calendário cristão), comemorativa da expulsão dos dinamarqueses, a bola era considerada representação da cabeça do chefe invasor. Mas não se sabe exatamente como ela era conduzida. Por outro lado, um documento de 1314 faz referência explícita a um jogo de bola com os pés. Sua difusão foi tão grande que em 1365 o rei Eduardo III proibiu-o, alegando que ele afastava as pessoas de práticas mais nobres e úteis, caso do tiro com arco-e-flecha (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 19).

Ainda, segundo Pimenta (1997), o “jogo”, vinculado às festas religiosas, alcançou grande popularidade, atraindo crianças, jovens e adultos, e tinha na violência um componente característico. Vários foram os decretos que o proibiram, os quais não lograram êxito em evitar sua prática clandestina. Apesar de ilegal, essa espécie de ancestral do football sobreviveu nas escolas secundárias e universidades inglesas, as quais foram as responsáveis por modernizá-lo, dando-lhe a atual forma.

A razão pela qual nenhuma das modalidades conhecidas de jogo com bola praticadas no Oriente, América e Europa pré-industrial desembocou em algo semelhante ao futebol ocidental moderno não gera dúvidas, nas palavras de Franco Júnior (2007, p. 24): “porque jogos com bola são manifestações antropológicas, não específicas de determinado povo e determinada época, enquanto o futebol tal qual o conhecemos hoje resultou de um conjunto de fatores presentes apenas na Inglaterra do século XIX”.

Dessa forma, a análise do quadro histórico vivido pelo povo inglês à época ajuda a melhor compreender o contexto do surgimento do futebol tal qual o conhecemos atualmente.

Segundo afirma Franco Júnior (2007, p. 25), não é casual que a Inglaterra, berço da Revolução Industrial, tenha sido também berço do futebol moderno. Segundo ele, a regulamentação do futebol operada pelos ingleses confirmava valores caros à sociedade burguesa da época, tais quais competição, produtividade, secularização, supremacia do mais hábil, especialização de funções, quantificação de resultados e fixação de regras.

Pimenta (1997, p. 36) salienta que o futebol, inicialmente jogado nos colégios e universidades, adequou-se ao sistema adotado pela sociedade industrial inglesa, tornando-se, desta forma, um jogo organizado, codificado, almejadamente menos violento e terminantemente burguês.

Franco Júnior (2007) vai ainda mais longe, reconhecendo no estabelecimento de regras futebolísticas um reflexo do intenso desenvolvimento das instituições inglesas que, devido ao suposto progresso do capitalismo, passavam por um amplo processo de padronização, codificação e fixação de normas, no que Norbert Elias em meados do século seguinte chamou de processo civilizador:

Em 1852, os mandados de convocação diante da Justiça foram uniformizados. Ao longo do século XIX surgiram diversos códigos do direito criminal. Em 1858 elaborou-se o projeto do imponente Oxford English Dictionary, que recolhe, identifica, registra, legitima todos os vocábulos da língua. Não é de estranhar, portanto, a multiplicação de regras esportivas: para corridas de cavalo por volta de 1750, golfe em 1751, críquete em 1788, rúgbi em 1846, ciclismo em 1868. E futebol em 1863 (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 26).

Assim, para o autor, a normatização do futebol servia declaradamente como resposta a certas demandas, confirmando-se como parte do processo que, desde o século XVIII, visava domar e dominar o corpo, submetendo-o ao poder socialmente instalado.

A regulamentação do futebol operou-se principalmente nas universidades britânicas dentro da concepção pedagógica que pretendia desenvolver a fibra moral da elite britânica, forjando líderes aptos a assumir posições de destaque no Império.

Franco Júnior (2007) indica que, em 1864, o jornal londrino *The Field* definiu o futebol como preparação para futuros governantes do país, incorporando as ideias do recém-lançado *Origem das espécies* (1859), de Charles Darwin. O futebol regulamentado, portanto, seria instrumento que, sob os ditames do darwinismo social, teria como objetivo dar vigor ao corpo, fibra ao espírito e rapidez ao raciocínio da nova elite britânica.

A partir disso, a questão que se coloca é a seguinte: Como o futebol, esporte de origem burguesa e restrito inicialmente ao ambiente universitário, transformou-se em um fenômeno de massa, popularizando-se como o principal esporte da classe operária?

Para Pimenta (1997), não é fácil estabelecer o momento em que o futebol é adotado pelas massas. Entretanto, aduz o autor que, na medida em que o esporte atinge a profissionalização, rapidamente adequa-se como sendo um culto proletário. Para corroborar tal afirmação, cita o historiador Eric Hobsbawm, o qual diz:

Entre meados da década de 1870, no mínimo e meados ou fins da década de 1880, o futebol adquiriu todas as características institucionais e rituais com as quais estamos familiarizados: o profissionalismo, a confederação, a taça, que leva anualmente em peregrinação os fiéis à capital para fazerem manifestações proletárias triunfantes, o público nos estádios todos os sábados para a partida de costume, os torcedores e sua cultura, a rivalidade ritual, normalmente entre facções de uma cidade ou conturbação industrial (HOBBSAWM apud PIMENTA, 1997, p. 38).

A relação entre a massificação e a profissionalização do futebol, segundo o mesmo autor (1997), explica-se, assim, pelo incentivo e patrocínio do setor industrial, o qual enxergou no futebol a oportunidade de aumentar a capacidade de produção e, ainda, construir uma aproximação afetiva entre a indústria e o atleta/torcedor.

Essa profissionalização, inicialmente condenada pela elite dirigente, passou a ser entendida como uma tendência natural à medida que o público multiplicava-se, assim como as cifras que o esporte envolvia, sendo, segundo Franco Júnior (2007), oficialmente aceito em 1885.

A popularização do futebol trouxe consigo confrontos de maior porte entre torcedores, de tal forma que a violência ligada ao futebol não pode ser encarada como um fenômeno recente.

Eric Dunning (1992) afirma que, desde que tomou sua forma moderna, o jogo tem sido acompanhado por desordem de fãs, muitas delas envolvendo agressão física e violência, fato que se agravou a partir do crescimento vertiginoso do número de pessoas que acompanhavam as partidas. Ilustrando tal afirmação, o autor traz o relato de uma briga ocorrida em 1899, reportada pelo jornal *Liverpool Echo*:

No sábado, ao fim da tarde, verificou-se na Middlewich Station uma cena excitante, depois de um jogo entre Nantwich e Crewe, para a final de Cheshire. As duas facções, situadas em plataformas opostas, esperavam pelos comboios. As ações começaram por gritos, de forma alternada, e depois um homem desafiou um adversário para uma luta. Ambos saltaram sobre os trilhos do caminho de ferro e lutaram, com raiva, até serem afastados pelos guardas. Então, um grande numero de homens de Nantwich correu através da linha e tomou de assalto a plataforma ocupada pelos homens de Crewe. Os passageiros indiferentes fugiam para a esquerda e para a direita. Chegou então o comboio especial e a policia protegeu-os, muitos deles levando marcas que os haviam de distinguir por algum tempo⁸ (DUNNING, 1992, p.379).

Em relação à inserção do futebol no Brasil, trazido oficialmente pelo inglês Charles Miller no ano de 1894, interessa observar que teve trajetória muito semelhante à inglesa. Introduzido como um esporte de elite, exclusivo dos gentlemen, foi progressivamente apropriado pela massa urbana na medida em que se profissionalizou, sobretudo porque a classe operária também aqui identificou no esporte a possibilidade de conquistar ascensão social e respeitabilidade (PIMENTA, 1997, p.42).

A inserção da população negra no esporte reflete o caráter conturbado desta transição, tendo encontrado grande resistência em um primeiro momento, com órgãos da imprensa denegrindo aquilo que classificavam como práticas selvagens dos “canelas negras” (FRANCO JÚNIOR, 207, p. 65). No começo, os grandes clubes não se abriram aos negros, sendo que, para poderem jogar, muitos chegaram a usar toucas para esconder o cabelo crespo e a se maquiar com pó de arroz para clarear a pele². Nas palavras de Mário Filho (1964), num país mulato, somente brancos ricos tinham o direito de correr atrás de uma bola importada.

A tensão social provocada pela introdução e massificação do futebol no Brasil esteve na raiz dos primeiros episódios violentos noticiados relacionados ao esporte no país, com a ocorrência de vários atos de xenofobia e racismo contra os times compostos por jogadores negros. Rodrigues Filho (1964) narra episódio ocorrido em um jogo entre Flamengo e Vasco, time conhecido por ser, juntamente ao Bangu, um dos primeiros a introduzir negros em seu elenco:

Era o time da mistura que estava na frente do campeonato, sem uma derrota. Tinha de perder, pelo menos uma vez, de qualquer maneira. O Flamengo não se preparava durante a semana para outra coisa. Treinando todo dia, dormindo cedo, pondo a garagem em pé de guerra. Também quando o jogo começou o Flamengo tomou conta do campo, da arquibancada, da geral, de tudo. Flamengo um a zero, pás de remo embrulhadas em Jornal do Brasil batendo na cabeça dos vascaínos. Flamengo dois a

² Cf. FILHO, MARIO. O negro no futebol brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1964.

zero, e novamente as pás de remo subindo e descendo. Quem era do Vasco não tinha o direito de abrir a boca (RODRIGUES FILHO, 1964, p. 125-126).

O autor conta que o jogo prosseguiu dessa forma até que, com três a dois no placar para o Flamengo, um gol suspeito não foi validado para o time do Vasco:

Aí os Vascaínos da geral, da arquibancada, não quiseram saber de mais nada, de pá de remo na cabeça, fosse o que fosse. Sururus explodiam aqui e ali, como pipocas. Soldados corria de sabre desembainhado, de um lado para outro, a cavalaria invadiu o campo. Não adiantava brigar, o Flamengo tinha de vencer custasse o que custasse. Depois do jogo dava pena olhar para o campo do Fluminense. O povo tinha quebrado as grades de ferro, a cavalaria tinha esburacado o gramado todo (RODRIGUES FILHO, 1964, p. 126-127).

Assim como na Inglaterra, portanto, a violência ligada ao futebol esteve presente desde os primórdios do esporte no Brasil, agregando-se ao seu debate questões de caráter social vivenciadas na realidade nacional, tais quais as imensas desigualdades sociais e o racismo.

Com a popularização do futebol e a consequente multiplicação de atos de violência praticados pela torcida, cresceu também o número de estudos que se debruçaram sobre a relação entre futebol e violência.

A partir de 1985, com a multiplicação de ocorrências ligadas aos hooligans ingleses, a Comunidade Europeia - preocupada também com a aparição de grupos ultras e skinheads - investiram grandes quantias de dinheiro no estímulo às pesquisas sobre violência nos estádios. Na Inglaterra, em especial, o governo thatcherista financiou fortemente os estudos de Norbert Elias e Eric Dunning (ALABARCES, 2013, p. 25), os quais tiveram ampla repercussão internacional.

Em verdade, Dunning parte do trabalho de Elias para explicar o hooliganismo, sustentando, em apertada síntese, que este é protagonizado por indivíduos da classe operária, excluídos do processo civilizatório e, portanto, ainda ligados a uma violência inata em virtude da ausência de medidas educativas em contrário e do aparato repressivo necessário.

Para Gary Armstrong e Richard Giulianotti³, as hipóteses de Dunning eram úteis às políticas conservadoras de Thatcher e careciam de suficientes evidências. Segundo os autores, ao focar-se em informações policiais e da imprensa, Dunning terminava reproduzindo os estereótipos de suas fontes, eis que a polícia inglesa estava propensa a prender um maior número de jovens da classe operária do que indivíduos das classes mais abastadas. Armstrong

e Giulianotti, assim, defenderam a hipótese de uma violência socialmente significativa. Os hooligans, portanto, não eram grupos de pessoas naturalmente violentas, tampouco somente formados por pessoas da classe operária. Muito da hostilidade contra eles estava baseada nos medos alimentados pela polícia e pela mídia. Os atos de violência, portanto, explicavam-se muito mais pela forma como os indivíduos desfrutavam do espetáculo, convertendo a oposição simbólica em enfrentamento real. Para os autores, o objetivo central dos hooligans não era o exercício da força, mas a associação com companheiros (ALABARCES, 2013).

No Brasil, estudiosos também se dedicaram a essa questão, deslocando-a do eixo do hooliganismo.

Para Pimenta (1997), o futebol, ao invés de um instrumento para desopilar tensões ou uma válvula de escape, tornou-se um espaço onde as regras de comportamento são mais flexíveis, fazendo com que ocorra um extravasamento da energia acumulada durante o dia-a-dia. Nesse sentido, elementos como o corpo a corpo, o choque na disputa e a excitação da torcida geram uma sobrecarga de tensões que tornam o ambiente futebolístico propício ao surgimento de agressões.

Franco Júnior (2007), por sua vez, resgata o conceito de “fenômeno de contágio”, criado pelo psicólogo francês Gustave Le Bon, para explicar o comportamento violento entre torcidas rivais. Segundo esse conceito, o torcedor se vê nos demais torcedores do mesmo clube, em uma espécie de psicologia narcísica. Assim, a agressão sofrida por um torcedor isolado é o bastante para incendiar todos os outros que vestem a camisa do mesmo clube e para excluir o adversário enquanto expressão do Outro. Nas palavras do autor:

Eles desqualificam o Outro, no qual são projetados os sentimentos negativos do Eu. A violência, que é não-estima em relação ao Outro, torna-se então mecanismo de autoestima. O futebol é uma das grandes formas, possivelmente a mais eficiente, de as sociedades contemporâneas normatizarem uma saída para o lixo psíquico que produzem, talvez em maior quantidade que as sociedades do passado (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 312)

Freud serve de marco teórico na explicação deste fenômeno, naquilo que chamou de “narcisismo das pequenas diferenças”. A violência entre torcedores rivais, sob essa ótica, não se dá devido a grandes diferenças entre eles, pois são grupos que se assemelham entre si. É justamente essa proximidade que faz com que cada torcida atribua à outra rótulos pejorativos, que são antes de tudo tentativas “de cada grupo forjar seu Eu, sua própria identidade positiva,

³ Para mais sobre a questão, Cf. ARMSTRONG, Gary; GIULIANOTTI, Richard. *Fear and Loathing in World Football*. London: Bloomsbury Academic, 2001.

pela atribuição de identidades negativas aos Outros” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.326). Essa vertente talvez encontre sua melhor ilustração literária em célebre frase de Nelson Rodrigues, escritor brasileiro e fanático pelo Fluminense Futebol Clube, ao dizer que “a base sentimental da torcida é o ódio, e não o amor. Sem ódio não há torcida possível”.

Márcio Pereira Morato (2005, p. 101), em sua análise acerca da rivalidade entre torcedores de Ponte Preta e Guarani, times da cidade de Campinas/SP, identificou as chamadas “manifestações rivalizantes”, pelas quais os torcedores buscavam desqualificar o rival através da criação de apelidos pejorativos, exposição de camisas e bandeiras, cantos provocativos, bem como pela própria violência. Essa última, ainda que não possa ser confundida como sinônimo de rivalidade, está intimamente ligada a ela, manifestando-se corriqueiramente na forma simbólica, através de xingamentos e provocações, e esporadicamente em sua forma real, com enfrentamento físico entre os torcedores rivais (MORATO, 2005, p. 101).

Para além da de uma análise estrita dos efeitos do esporte sob o comportamento do indivíduo, Benevides (1996, p. 80), nos lembra que a violência no futebol não pode ser desvinculada do contexto social, devendo ser encarado como um fator relevante na análise do fenômeno. Sobre essa perspectiva, convém citar excerto escrito pelo deputado federal Arlindo Chinaglia, que diz:

As causas da violência no esporte deve ser buscadas na sociedade. E aqui não há como escapar ou negar que a exclusão social é um fator preponderante dentre as múltiplas causas da violência. A pobreza, as péssimas condições de vida, o desemprego, a falta de escola, de moradia, de cultura, de lazer e etc. Tudo isso gera situações de frustração e de impotência, tendo como consequência a falta de perspectiva de vida e a desesperança, presentes, inclusive, em nossa juventude (CHINAGLIA, 1996, p. 45).

No contexto de violência no futebol, os jovens parecem ser o grupo com maior número de envolvidos em ocorrências. Santos (2004, p. 107), na tentativa de compreender a razão de tal fenômeno, concluiu que o futebol não parece ser apenas uma matriz de gostos e preferência, mas de construção social das identidades dos jovens com seus times. Assim, o significado dado aos times de futebol toma um grande papel em suas vidas.

Para Reis (2006, p. 18), mesmo nas famílias mais estruturadas economicamente, há uma falência de valores morais e éticos que faz com que os papéis sociais de pai e mãe não sejam cumpridos, gerando uma grande parcela de adolescentes carentes, que buscam nos clubes futebolísticos sua identidade.

Através deste breve panorama, incapaz, pela brevidade deste espaço, de esgotar a questão, conclui-se que futebol e violência apresentam uma relação altamente complexa, a qual não pode ser analisada sob uma única perspectiva.

Em outras palavras, uma política pública que vise o alcance de resultados efetivos no desestímulo à prática de atos violentos relacionadas ao campo esportivo deve dedicar-se a compreender as diferentes motivações para tal comportamento, de forma a garantir as melhores soluções para o problema. Comportamento este que, conquanto esteja ligado às peculiaridades da prática desportiva, não pode ser entendido senão em conjunção com o contexto que lhe acolhe e lhe informa, em uma simbiose contínua.

Nesse sentido, acompanhamos as palavras de Archetti e Romero ao retomarem as discussões sobre o hooliganismo inglês:

Uma melhor contextualização do hooliganismo inglês e o diferente resultado dos atos de violência deveria permitir uma análise da maneira pela qual a sociedade inglesa concebe e tolera a morte no futebol. Esta mudança de foco implica em um deslocamento desde as análises da cultura das torcidas ao campo geral da análise cultural. O futebol se transforma assim em uma arena na qual os atores sociais simbolizam, reproduzem ou discutem por meio de suas práticas sociais os valores sociais predominantes em um dado período. Consequentemente, o futebol e o esporte em geral se tornam uma dimensão central na análise dos processos sociais e culturais (tradução nossa)⁴

As políticas públicas de segurança não podem, portanto, alienar-se da produção acadêmica sobre o assunto, assim como tampouco pode encontrar motriz tão somente no enfoque dado pela mídia à questão, sob pena de reproduzirem estereótipos que, além de perigosos, não oferecem solução ao problema.

Feitas estas breves considerações, a fim de melhor compreender as políticas públicas relacionadas ao futebol e à violência, cumpre retomar o contexto da Inglaterra, eis que firmou inéditos estudos especificamente voltados a essa área, bem como adotou medidas de segurança que são até hoje referência para a legislação de vários países ao redor do globo, inclusive o Brasil.

⁴Una contextualización major del hooliganismo inglés y el diferente resultado de los actos de violencia debería permitir un análisis de la manera en que la sociedad inglesa concibe y tolera la muerte en el fútbol. Este cambio de foco implica un desplazamiento desde el análisis de la cultura de los hinchas de fútbol al campo general Del análisis cultural. El fútbol se transforma así en una arena en la cual los actores sociales simbolizan, reproducen o discuten por medio de SUS prácticas sociales los valores sociales dominantes en un período

1.2 A INGLATERRA E A LUTA CONTRA O HOOLIGANISMO

A Inglaterra foi o berço do futebol moderno. Mas também enfrentou graves casos de violência em seus estádios de futebol, com a ocorrência de várias tragédias envolvendo os hooligans, jargão inglês usado para designar os torcedores violentos e que encontra a seguinte origem, segundo Márcia R. da Costa:

O termo “hooligans” tem sua origem ligada ao nome de uma família irlandesa que viveu em Londres no fim do século XIX [houlihan]. Devido às características de violência e de não sociabilidade de seus membros, esse termo passou, gradativamente, a designar os jovens que se organizavam em gangues (COSTA, 1992, p.17).

O hooliganismo passou a ser objeto de estudo principalmente a partir da década de 60, após a Copa do Mundo de 1966 realizada na Inglaterra, momento em que a ocorrência de alguns atos violentos por parte de torcedores ingleses chamou a atenção de diversos pesquisadores.

Segundo Luiz Henrique de Toledo (1996, p. 126), os trabalhos iniciais envolvendo essa temática problematizam o fenômeno a luz do marxismo, relacionando-o a crise vivida pelo capitalismo a época⁵. Desde então, vários outros grupos de pesquisadores passaram a dedicar-se ao estudo do comportamento dos hooligans, relacionando-o ao contexto histórico, à classe social desses torcedores, ao próprio simbolismo do esporte e etc.

A partir de tais estudos, traçou-se algumas características comuns aos hooligans, principalmente no que se refere ao seu perfil, motivações e posicionamento político.

Bill Buford (1992), jornalista americano que conviveu entre os hooligans, colheu uma definição sobre o perfil dessa espécie de torcedor, dada por um dos próprios, para o qual eles são:

alguém que trabalha a semana inteira num emprego maçante e mal pode esperar para sair nua tarde de sábado. (...) Se a gente não fizesse isso [as práticas violentas e transgressoras] nos jogos de futebol acabaria fazendo em algum outro lugar. Acabaríamos fazendo no sábado à noite no pub. É o que tá na gente né? A violência. Todos nós temos por dentro (...) (BUFORD, 1992, p. 109)

dado. Consecuentemente, el fútbol y el deporte em general se vuelven uma dimensión central em el análisis de los procesos sociales y culturales (ARCHETTI; ROMERO apud ALABARCES, 2013, p. 31)

⁵ Neste enfoque, convém citar Ian Taylor, John Clarke, John Hargreaves e Alan Ingham.

Luiz Henrique de Toledo (1996, p. 128) ainda destacou que os hooligans organizam-se em grupos específicos, as firmas, reunindo-se em pubs (bares) para irem às partidas de futebol. A partir daí, procuram manterem-se anônimos, misturando-se aos demais torcedores e evitando a utilização de qualquer símbolo que os identifiquem. É comum ainda a publicação de fanzines e revistas, através das quais propagam alguns de seus ideais, divulgando exaltações nacionalistas, manifestos xenófobos e táticas para burlar a polícia.

Dentre as citadas características, destaca-se a aversão ao estrangeiro, sendo esta também citada pelo jornalista Bill Buford:

Este era o item mais importante: eles gostavam de si próprios; deles e de seus companheiros. A lista de antipatias, conclui, era clara e simples. Era (acima e além do Tottenham Hotspur) a seguinte: o resto do mundo. O resto do mundo é um lugar vasto e seu principal habitante é o estranho. Os torcedores não gostavam do estranho. O estranho – donos de lojas, funcionários do metrô de Londres ou da British Rail, velhos que atravancavam a sua passagem na escada rolante, pessoas que pediam informação, alguém que tentava conseguir o seu voto, motoristas de ônibus, garçonetes, os membros do Partido Trabalhista, as pessoas do assento ao lado, simples pessoas que cruzavam o seu caminho – era detestável. E não existia estranho mais estranho, e portanto mais detestável, do que o estrangeiro. O estrangeiro era aquele a quem eles verdadeiramente odiavam (BUFORD, 1991, p. 87).

Até meados da década de 80, partindo do discurso produzido sobre a questão, o hooliganismo era tratado na Inglaterra, e em toda a Europa, como um problema social ocasionado por delinquentes, selvagens e assassinos. Assim, segundo Fernando Trejo e Diego Murzi (2013), os hooligans representavam para a opinião pública e para o Estado a imagem de um inimigo social a ser combatido mediante dispositivos de controle repressivo, sendo que a polícia inclusive aplicava técnicas de infiltração em tais grupos similares às utilizadas com a organização militar revolucionária irlandesa (IRA) ⁶.

A ineficiência de tal enfoque torna-se patente com a ocorrência de duas tragédias de grandes proporções, que promoveram uma guinada nas políticas públicas ligadas ao fenômeno.

A primeira delas ocorreu em Heysel, na Bélgica. Durante a final da Liga dos Campeões da Europa, em 1985, envolvendo os times do Liverpool, da Inglaterra, e do Juventus, da Itália, as grades que separavam os torcedores não foram suficientes para evitar o confronto, que resultou em 38 mortos e 454 feridos. Os torcedores ingleses levaram a culpa

⁶ Para mais sobre a questão, Cf. TSOUKALA Et al, 2008

pelo massacre, fazendo com que os clubes do país fossem suspensos de competições internacionais pelo período de cinco anos (D'ORNELAS, 2014, p. 163).

Após a tragédia de Heysel, várias medidas foram adotadas pelas autoridades europeias, destacando-se o Tratado Europeu nº 120, elaborado pelo Conselho da Europa, que estabelece várias diretrizes para a repressão do vandalismo e da violência em eventos esportivos, dentre as quais a restrição de bebidas alcoólicas, o controle da venda de ingressos e a clara distribuição de responsabilidades entre os organizadores e as autoridades públicas (REIS, 2006, p. 48-57).

No entanto, o incidente que revolucionou o mundo do futebol, determinando as principais mudanças no tratamento dispensado aos torcedores, foi a chamada “tragédia de Hillsborough”. Esta tomou lugar no Estádio Hillsborough, em Sheffield (Inglaterra), em abril de 1989, e envolveu os torcedores do Liverpool, novamente, e do Nottingham Forest, clubes que disputavam as semifinais da Taça da Inglaterra. Devido à superlotação do estádio, 96 torcedores do Liverpool morreram pisoteados e outros 766 ficaram feridos (D'ORNELLAS, 2014).

A partir de tais episódios, surge o denominado Relatório Taylor ou Taylor Report (1990), modificando o perfil da gestão da segurança no futebol inglês.

O Relatório Taylor deixou de atribuir a culpa do evento de Hillsborough exclusivamente aos hooligans, indicando que as condições do estádio não eram adequadas para um evento de grande porte e deixava de oferecer aos torcedores - parte essencial ao espetáculo - as condições mínimas para acompanhar a partida com conforto e segurança.

Ao mesmo tempo, o relatório concluiu que a polícia não dispunha de capacidade para controlar com eficiência as multidões dentro de um estádio de futebol⁷, sendo necessária a criação de um ator especialmente preparado para tal. Surgem então os chamados stewards, civis treinados para orientar e receber os torcedores.

Assim, a partir do Relatório Taylor, a Inglaterra coloca em prática uma série de medidas que transformaram a forma como se assiste o futebol profissional. Além das reformas estruturais dos estádios ingleses, adotaram-se, principalmente, as seguintes medidas:

- A supressão dos alambrados que rodeiam o campo de jogo;

⁷ Interessante anotar que as críticas à atuação policial não foram bem recebidas pelas autoridades. Margaret Thatcher, primeira ministra à época, demonstrou especial preocupação com o descrédito das autoridades policiais. Cf. HILLSBOROUGH papers: Thatcher's concern about police criticism by Taylor. BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-politics-19574492>>. Acesso em: 20 mar. 2014. A criação dos stewards, portanto, deve ser avaliada à luz dessa questão.

- A obrigatoriedade de que todos os torcedores mantenham-se sentados;
- A melhoria do acesso aos estádios, permitindo uma evacuação rápida em caso de necessidade (com saídas claramente identificadas e visíveis);
- A substituição dos policiais pelos chamados stewards, civis treinados para organizar grandes grupos e mediar conflitos em caso de necessidade, sem o perfil repressivo que caracteriza os agentes policiais (...)
- A aplicação do direito de admissão nos estádios e a organização de um “registro de torcedores” com informações acerca do público que assiste às partidas (tradução nossa)⁸

Essas mudanças, pelo menos aparentemente, obtiveram um grande sucesso, reduzindo o número de incidentes envolvendo os hooligans.

Não cabe ao escopo do presente trabalho o detalhamento estatístico das consequências do relatório Taylor junto aos casos de violência ligada ao desporto na Inglaterra. No entanto, cumpre mencionar reflexão formulada por Fernando Trejo e Diego Murzi (2013), segundo os quais, em epítome, os novos padrões de segurança nos estádios ingleses aumentaram drasticamente os custos dos ingressos para as partidas, sendo que os atos de violência não desapareceram completamente, mas foram deslocados para zonas menos abastadas geográfica e simbolicamente do que os estádios.

Ainda assim, o aparente sucesso do modelo inglês, em especial para garantir a sensação de segurança aos consumidores do espetáculo, transformou o mesmo em parâmetro para a adoção de medidas semelhantes em vários outros países, dentre eles o Brasil.

Isto dito, antes de passarmos à análise dos instrumentos jurídicos que norteiam a política de segurança nos estádios de futebol brasileiros, cumpre identificar as peculiaridades que envolvem o fenômeno no Brasil, com especial ênfase à questão das torcidas organizadas.

1.3 O CASO BRASILEIRO: A FORMAÇÃO DAS TORCIDAS ORGANIZADAS

Enquanto na Inglaterra a figura dos hooligans encontra-se no epicentro da discussão sobre violência no futebol, o Brasil lida com um elemento diverso no tratamento desse

⁸ La supresión de los alambrados que rodean al campo de juego. La obligatoriedad de que todo el público asistente se encuentre sentado. Una mejora en los accesos a los estadios que permita la evacuación rápida en caso de ser necesario (con las salidas claramente identificadas y visibles). El reemplazo de los agentes pertenecientes a la policía por los llamados “stewards”, civiles capacitados para organizar grandes grupos y mediar en caso de ser necesario, sin el perfil represivo que caracteriza a los agentes policiales. La aplicación del derecho de admisión en los estadios y la confección de un “registro de aficionados” que recoge información del público que asiste al fútbol (TREJO; MURZI, 2013, p.272-273)

problema, uma vez que os casos de violência ligados ao esporte são comumente relacionados às chamadas Torcidas Organizadas, as quais não encontram equivalente na realidade inglesa.

Em um discurso um tanto quanto simplista, recorrentemente veiculado na mídia e agregado ao senso comum, é frequente o estabelecimento de uma relação direta entre os hooligans e os torcedores organizados brasileiros. Tal assertiva, no entanto, não problematiza as práticas distintas dos torcedores e as realidades locais.

Inicialmente, no que concerne à comparação entre as torcidas organizadas brasileiras e os hooligans ingleses, há várias diferenças entre estes dois grupos, ainda que, conforme aponta Pimenta, algumas semelhanças também devam ser pontuadas:

[...] buscam a defesa de suas territorialidades, o confronto com os rivais, a manifestação da masculinização simbólica, os cânticos de guerra e de exaltação da violência, o desrespeito às regras estabelecidas. Sabe-se que esses agrupamentos de torcedores tem na sua formação a predominância de participantes extremamente jovens (1997, p. 137).

Os hooligans não formaram entidades jurídicas como as Torcidas Organizadas, que se constituíram em pessoa jurídica de direito privado, regidas por estatuto e seguindo um modelo burocrático e hierarquizado de organização.

Ainda, os torcedores organizados brasileiros não possuem relação direta com partidos políticos de extrema-direita, caracterizando-se, segundo Toledo (1996, p. 130) pela ausência de projetos ideológicos nacionalistas, bem como de uma concepção mais ostensiva de negação e enfrentamento das instituições sociais, ao contrário dos ingleses.

Para a pesquisadora Heloisa Helena Baldy dos Reis (2014, p. 117), por seu turno, os hooligans buscam divertimento e prazer a partir do risco que correm ao confrontar-se com outros grupos e com a polícia. As Torcidas Organizadas, por sua vez, são associações que se reúnem, primordialmente, em torno de uma paixão clubística, sendo a violência um componente secundário e posterior ao seu surgimento.

No entanto, a despeito de tais considerações, tal qual ocorreu com os hooligans ingleses, as torcidas organizadas são frequentemente associadas à criminalidade, sendo consideradas as principais responsáveis pelas desordens e atos de violência relacionados aos estádios de futebol. Nas palavras de Luíz Henrique de Toledo, é corrente:

[...] associá-las a gangues juvenis, que promovem a desordem e o caos urbano, afugentando outros torcedores dos estádios de futebol, depredando equipamentos urbanos, congregando desocupados, malandros e marginais de toda espécie (TOLEDO, 1996, p. 28).

A identificação entre torcidas organizadas e violência, no entanto, simplifica a complexa equação da violência nos estádios brasileiros. Muitas vezes realizada no calor de um acontecimento impactante e dotada de um sensacionalismo peculiar, provoca terror, medo e angústia, não só no mundo esportivo, mas também na sociedade (PIMENTA, 1997, p. 14).

É também a responsável por disseminar a ideia que as Torcidas Organizadas possuem como único fim a prática de crimes e atos violentos, em uma verdadeira criminalização destas instituições. Nesta senda, Fernando Capez, promotor público do Estado de São Paulo e um dos principais defensores da extinção das Torcidas Organizadas, afirma que:

Nestes grupos, a violência praticada é comandada pelos próprios líderes, formalmente registrados como presidentes de associações civis. Acabam, portanto, constituindo-se em entidades nocivas à sociedade, já que, na prática, sob o comando direto de seus dirigentes, voltam-se para a prática de delitos contra a pessoa e o patrimônio (CAPEZ, 1996, p. 51-52).

No entanto, não é demais sublinhar que há de se tomar muito cuidado com esse tipo de discurso, uma vez que não contempla a complexidade do fenômeno das Torcidas Organizadas e, tal qual discutiremos ao longo deste trabalho, pode engendrar uma lógica que criminaliza estes indivíduos e justifica práticas higienizadoras e elitistas dos estádios de futebol.

Historicamente, os primórdios do que conhecemos hoje por torcidas organizadas remontam aos primeiros agrupamentos organizados em torno de torcedores-símbolos, que exerciam uma espécie de liderança sob o grupo e tinham por objetivo apoiar o time nas arquibancadas através de coreografias e canções próprias. A Charanga do Flamengo, fundada em 1942 e liderada pelo funcionário público Jaime Rodrigues de Carvalho, e a Torcida Uniformizada do São Paulo, fundada por Laudo Natel e Manoel Porfírio da Paz em 1940, são as pioneiras nessa prática, alcançando grande popularidade à época (TOLEDO, 1996, p. 21-22).

Para Pimenta (1997, p. 66), tais grupos, apesar de assemelharem-se ao modelo atual de Torcida Organizada no seu comportamento dentro dos estádios, diferenciam-se por não terem formado uma estrutura burocrática complexa caracterizadora das atuais Torcidas Organizadas, o que só veio ocorrer no fim da década de 60.

Nesse período, a reivindicação de novos métodos de participação nos estádios se manifestava, sobretudo por parte dos jovens, que reclamavam o direito ao protesto e à contestação em fases críticas da equipe, em contraponto ao apoio incondicional defendido pelas “charangas” (BUARQUE DE HOLLANDA, 2012, p. 110).

Para Luiz Henrique de Toledo (1996, p. 28), a emergência desse novo modelo de Torcida Organizada foi fruto, sobretudo, da mobilização e oposição ao período de ditadura militar vivido pelo país no final dos anos 60 e início dos anos 70, em uma tentativa de se constituir um canal de participação popular dentro dos clubes diante da ausência de partidos e representações legais na esfera política.

Pimenta (1997, p. 77) compartilha da ideia de que o Regime Militar influenciou o surgimento das “novas” Torcidas Organizadas, as quais se transformaram em um movimento político com o objetivo de pressionar a diretoria e os jogadores dos clubes na produção de melhores resultados, exercendo participação direta no evento esportivo. Ao assumir esse novo papel, o autor afirma que as Torcidas Organizadas:

[...] estabeleceram novos padrões de comportamento aos seus membros, que buscavam autoafirmação através da vestimenta, da identificação grupal e da falsa superioridade de um grupo sobre o outro. Nesse sentido, houve a necessidade de se criar uma estrutura burocrática capaz de oferecer suporte e satisfação aos interesses dos simpatizantes que desejavam fazer – ou já faziam – parte de seus quadros associativos (PIMENTA, 1997, p. 77).

A influência da ditadura militar sob as torcidas organizadas, no entanto, não se limitou ao refinamento de sua estrutura burocrática. Isso é o que afirma o sociólogo Maurício Murad, para o qual o componente da violência adentra as torcidas nesse período:

Historicamente, as torcidas organizadas violentas surgiram na década de setenta, no auge da ditadura militar. Em especial entre 1969 e 1973, nasceram as ‘organizadas’ (‘uniformizadas’ em São Paulo), que, hoje, aterrorizam o país. Fundadas na conjuntura superior do Estado neofascista, implantado no Brasil a partir de 1964, sua gênese foi demarcada pela ideologia da violência política, definidora do período ‘AI-5 – Médici’. Alimentadas por uma visão de mundo intolerante e excludente, de fundamento antidemocrático, sua prática não poderia ser outra, que esta acumulada em sua experiência contemporânea: a competitividade selvagem, o antagonismo opressor, a invasão territorial e a eliminação das diferenças pelo uso da força (MURAD, 1996, p. 96).

Os anos 70, portanto, significaram uma mudança radical no perfil das Torcidas Organizadas, sobretudo por sua militarização, a qual se consolidou definitivamente nos anos 80, tanto em termos de organização burocrática, quanto na adoção de um ideário ligado à violência. Segundo Murad (1996, p. 97), de carnavalizadas, como na época das charangas, passaram a ser militarizadas, seguindo as doutrinas e os padrões do regime vigente. Adotaram, dessa forma, denominações como ‘guerrilha’, ‘exército’, ‘comandos’, introduzindo a terminologia militar em suas relações de poder e hierarquia interna.

Prova marcante deste processo foi o surgimento, em 1983, da Mancha Verde do Palmeiras. Criada através da fusão de outras três pequenas torcidas do clube paulista, esta é considerada a primeira organizada com o propósito explícito de autodefesa e enfrentamento com as torcidas dos times adversários (BUARQUE DE HOLLANDA, 2012, p. 117).

Sobre essa Organizada, Pimenta (1997) diz que:

A “Mancha” nasce com o seguinte lema: “Mancha foi feita para dar porrada, para dar porrada em Gavião”. A alusão ao “Gavião” pode ser entendida no sentido figurado. O objetivo da “Mancha” era mostrar que se tratava de um grupo de jovens fortes e corajosos que não temia ninguém. Assim, àqueles que estivessem predispostos a se confrontar com ela, seria uma honra testar a dignidade masculina do grupo. Dali para frente, nasceu uma Torcida visivelmente agressiva (PIMENTA, 1997, p. 69).

Com a proliferação da intolerância entre torcidas adversárias, os eventos violentos multiplicaram-se. Em 1988, Cléo, líder da Mancha Verde, foi assassinado em um dia de semana. O crime não foi apurado e suas circunstâncias jamais foram esclarecidas pela polícia, mas o acontecimento foi mote de diversas provocações dos adversários à torcida palmeirense (BUARQUE DE HOLLANDA, 2012, p. 118).

Algumas medidas jurídicas e legislativas foram tomadas, principalmente após episódios de alta repercussão midiática, como o da batalha campal envolvendo as torcidas do Palmeiras e do São Paulo no Estádio do Pacaembu, em agosto de 1995, a qual resultou na morte de um torcedor.

A chamada “tragédia do Pacaembu” deu início a uma verdadeira cruzada contra as Torcidas Organizadas, únicos atores responsabilizados pela onda de violência.

Nesse contexto, a Promotoria Pública de São Paulo proibiu as aglomerações identificadas com bandeiras, faixas e camisas própria nos estádios, e chegou a extinguir algumas das torcidas existentes (TOLEDO, 2012, p. 148).

No entanto, por mais que parte expressiva da Imprensa e mesmo das autoridades públicas continuem a atribuir um perfil sombrio aos torcedores organizados, na tentativa de subsidiar medidas repressivas e impactar a opinião pública, as Torcidas Organizadas são instituições que visam, ao menos declaradamente, o apoio aos clubes e ao esporte.

Pesquisas acumuladas demonstram que

O torcedor organizado é solteiro (94%) e católico (62%). Vai ao estádio sempre (40%) ou muito frequentemente (45%) – mesmo que a partida seja televisionada. Neste caso, o faz pela emoção do estádio (52%), por amor ao time (30%) e para torcer em grupo (12%). A maioria trabalha (61%) ou estuda (27%), onde 9% não

informaram a ocupação e 3% está desempregada, menor que a taxa brasileira, de 8,1% (TOLEDO, 2012, p. 150).

Não obstante o perigo de qualquer generalização e rotulação, esses números, bem como o próprio processo de formação das Torcidas Organizadas, colocam em xeque a ideia de que são ocupadas exclusivamente por “meliantes” e “arruaceiros”, com o único fim de promover a violência nos estádios de futebol. Em outras palavras, conquanto insista-se em tratar o torcedor organizado como o Outro, ele é, a princípio, como qualquer um de nós.

As Torcidas Organizadas constituem, sobretudo, legítimas expressões do modo brasileiro de torcer nos estádios, estando enraizadas na cultura nacional. Nesse sentido, a criminalização primária destes grupos influencia a própria forma pela qual se vive e se torce no futebol brasileiro e merece, portanto, uma análise mais apurada.

Diante deste panorama, tendo já nos debruçado brevemente sobre possíveis explicações para o fenômeno da violência ligada ao futebol, bem como lançado as bases para compreensão do modelo inglês de combate à violência relacionada a tal esporte formulado a partir de eventos traumáticos ligados aos hooligans e da realidade brasileira das torcidas organizadas, passamos à segunda parte de trabalho.

Nesse próximo momento, pretendemos elencar os principais instrumentos jurídicos atualmente vigentes no combate a violência nos estádios brasileiros, de forma a abrir terreno para uma análise crítica que seja capaz de avaliar o impacto social de tais instrumentos, considerando assim tanto os aspectos gerais que envolvem o tema da violência no futebol, como as peculiaridades que envolvem o caso brasileiro, consubstanciadas, sobretudo, no dilema posto com relação às chamadas Torcidas Organizadas.

2 OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE COMBATE À VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS BRASILEIROS

Até o advento do Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671 de 2003), era a Lei nº 9.615/98 que orientava os direitos do torcedor nas arenas esportivas. Essa, chamada “Lei Pelé”, já equiparava o espectador pagante de espetáculo ou evento desportivo ao conceito legal de consumidor.

Não foi, porém, suficiente para proteger determinadas lesões sofridas pelo torcedor. Sobreveio então o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671, de 15 de maio de 2003), atualmente o principal diploma para regulação não só da responsabilidade pela segurança do público e da infraestrutura das arenas esportivas, mas também dos próprios critérios de organização dos campeonatos.

O presente capítulo se debruça em especial sobre os artigos do Estatuto de Defesa do torcedor relacionados à prevenção e controle dos atos de violência relacionados ao esporte, com especial ênfase às medidas relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas nos estádios e deslocamento dos juizados especiais criminais às arenas desportivas.

A partir desse estudo pretende-se debater, no próximo capítulo, as consequências de tais previsões legais e a eficácia da política de segurança nos estádios por elas norteadas.

2.1 O ESTATUTO DO TORCEDOR E A SEGURANÇA NOS ESTÁDIOS

O Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671, de 15 de maio de 2003) foi formulado em meio a um turbulento contexto para o futebol nacional, após o encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) CBF e Nike e o amplamente noticiado caso de superlotação e queda do alambrado no Estádio São Januário no ano 2000. Nas palavras da pesquisadora Heloisa Reis:

Os desmandos do futebol brasileiro, evidentes no excesso de poder da CBF e das federações estaduais – principalmente na organização de seus respectivos campeonatos, com o predomínio de descompromisso com o público, verificado pela falta de divulgação dos regulamentos das competições, constantes mudanças de regras de acesso e decesso nos principais campeonatos até 2003 –, levaram o Congresso Nacional, após o encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI) CBF-Nike sobre o futebol (Rebelo; Torres, 2001), a tramitar e aprovar o Estatuto de Defesa do Torcedor (lei n. 10.671, de maio de 2003), também conhecido como a “lei de moralização do futebol”. (2010, p.114)

Diante desse cenário, o Poder Executivo, em consonância com a Portaria nº 54, do então Ministro do Esporte e Turismo Caio Cibella de Carvalho, formou um Grupo de Trabalho Especial (GTE) com o objetivo de sugerir iniciativas voltadas à defesa do torcedor e, além disso, formular definições e atributos soberanos no esporte (FILHO, 2007, p. 49).

Sobre os trabalhos do referido grupo, aduz o autor:

Na ocasião conduziu-se a atividade do grupo especial de trabalho atentando-se ao debate e o trabalho sobre os seguintes tópicos: direito a uma competição organizada e transparente; Estatuto do Torcedor do Clube; Justiça Desportiva; direito à informação, imparcialidade e julgamento antecipado; direito do torcedor frente aos interesses comerciais; direitos relativos ao dia do espetáculo- acesso e segurança: arbitragem; Agência Nacional de Esporte e financiamento do futebol (FILHO, 2007, p. 51)

A partir da pesquisa e das discussões do Grupo de Trabalho Especial e, ainda, do trabalho do grupo técnico de assessoramento, confeccionou-se um documento originário do Estatuto do Torcedor, que foi dirigido em formato de projeto de lei ao Governo Federal, o qual o enviou ao Congresso Nacional.

Segundo a exposição de motivos do referido documento, a aprovação do Projeto de Lei significaria o reconhecimento da relevância de que se reveste a atuação do torcedor na atividade esportiva no País, “não apenas como cidadão que deve ser respeitado em sua integridade física e em sua paixão nessa expressão cultural de nosso povo, mas como consumidor amplamente assediado pela oferta de produtos esportivos” (BRASIL, 2002). Ainda, aduz:

Portanto, o torcedor como verdadeiro financiador do futebol brasileiro, necessita que, além da aplicação das normas gerais do Código de Defesa do Consumidor, sejam aplicadas normas específicas, as quais estão presentes neste Estatuto e que envolvem este importante setor da atividade econômica do País (BRASIL, 2002).

Em fevereiro de 2003 o projeto foi aprovado na Câmara, com relatoria do Deputado Federal Gilmar Machado. No dia 15 de maio de 2003, Luis Inácio Lula da Silva, Presidente da República, sancionou-o. O projeto de lei nº 7.262/02 transformou-se na lei nº 10.671/03, popularizada como Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT).

Ainda que o referido diploma legal não se dedique exclusivamente ao futebol, percebe-se que sua redação voltou-se principalmente a este esporte, o que é compreensível, já que é o desporto que atrai os maiores públicos às arenas esportivas do país.

A leitura do Estatuto do Torcedor demonstra que a segurança dos torcedores e a contenção da violência na assistência das práticas desportivas é objeto de grande parte dos artigos positivados. Em uma análise quantitativa, é possível aferir-se que, dos quarenta e cinco artigos presentes na Lei, dezesseis, direta ou indiretamente, envolvem a questão da segurança. Ademais, oito dos seus doze capítulos contêm, ao menos, alguma referência à segurança.

Isto dito, importa inicialmente esclarecer, para a melhor compreensão dos dispositivos legais do Estatuto, que, desde a Lei 9.615/98, equiparou-se a figura do espectador pagante do evento esportivo à do consumidor, nos termos do art. 2º do CDC (REIS, 2006, p. 98).

Esse processo fortalece-se com a edição do Estatuto do Torcedor, o qual, nas palavras de Saulo Esteves Camargo Prestes,

Aproxima o torcedor de questões regulamentadoras e organizacionais do espetáculo esportivo, permitindo que ele exija seus direitos enquanto consumidor do espetáculo esportivo. As exigências referentes à transparência e idoneidade na organização do espetáculo esportivo preconizadas no capítulo II desta lei, claramente demonstram a preocupação em garantir ao torcedor a máxima qualidade nos serviços que a ele serão prestados. (PRESTES, 2010 p. 144).

O Estatuto do Torcedor, portanto, segue o modelo do Código de Defesa do Consumidor no que tange à proteção do ente hipossuficiente e vulnerável que, no caso, é o próprio torcedor.

Os primeiros artigos, nessa toada, já elucidam quem é o principal objeto desta proteção legal.

Art. 1º Este Estatuto estabelece normas de proteção e defesa do torcedor.

Art. 1º-A. A prevenção da violência nos esportes é de responsabilidade do poder público, das confederações, federações, ligas, clubes, associações ou entidades esportivas, entidades recreativas e associações de torcedores, inclusive de seus respectivos dirigentes, bem como daqueles que, de qualquer forma, promovem, organizam, coordenam ou participam dos eventos esportivos.

Art. 2º Torcedor é toda pessoa que aprecie, apóie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva.

Parágrafo único. Salvo prova em contrário, presumem-se a apreciação, o apoio ou o acompanhamento de que trata o caput deste artigo. (BRASIL, 2003)

O caput do art. 1º parece exprimir duas das principais categorias que norteiam o CDT: violência e consumo. Enquanto a palavra proteção indica que o torcedor é tratado como uma vítima em potencial de violência ou lesão, a palavra defesa remete ao vocabulário consumerista.

Assim, enquanto o art. 1º dedica-se a resumir a finalidade da Lei, o art. 2º presta-se a conceituar a figura do torcedor, o que faz de forma abrangente, ocasionando uma importante alteração de sentido que deve ser muito bem observada na interpretação do texto legal.

Isso porque, enquanto a anteriormente mencionada Lei Pelé equiparou ao consumidor tão somente à figura do espectador pagante (ou seja, aquele que comparece fisicamente ao estádio e tem seu acesso possibilitado mediante o pagamento do ingresso), o Estatuto do Torcedor ampliou sobremaneira essa definição. Com o advento do EDT, portanto, o torcedor consumidor passou a abranger, além do pagante, todo aquele que “aprecie, apoie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva”.

Nesse sentido, posiciona-se José Adriano de Souza Cardoso Filho:

Ora, torcedor não se trata apenas daquele que paga o ingresso e adquire o direito de assistir no local ou praça esportiva, determinada partida de futebol, tênis ou vôlei. Torcedor é todo aquele que, mesmo à distância ou ainda por outro meio, tal como a televisão, seja aberta ou no sistema pague para ver (pay per view), assiste ao mesmo espetáculo daquele que vai à arena de esportes (FILHO, 2007, p. 73).

Saliente-se, contudo, que, segundo Gomes et al (2011, p. 17), esta ampliação do conceito de torcedor somente é aplicada aos dispositivos do Estatuto que se referem à transparência e organização das competições. Desta forma, as disposições concernentes às condições de segurança e conforto das arenas, ao acesso, transporte, segurança e higiene das instalações, obviamente, restringem-se à figura do torcedor partícipe, ou seja, aquele que vai ao estádio e se sujeita a tais condições.

No Artigo 2º-A, incluído pela Lei 12.299/10, encontramos o conceito de torcida organizada, as quais, conforme explicitado no primeiro capítulo deste trabalho, constituem um elemento central no debate acerca da violência nos estádios. Segundo o texto legal:

Art. 2º-A. Considera-se torcida organizada, para os efeitos desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade.

Parágrafo único. A torcida organizada deverá manter cadastro atualizado de seus associados ou membros, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

- I - nome completo;
- II - fotografia;
- III - filiação;
- IV - número do registro civil;
- V - número do CPF;
- VI - data de nascimento;
- VII - estado civil;
- VIII - profissão;
- IX - endereço completo; e
- X - escolaridade (BRASIL, 2003)

O artigo de lei em questão, portanto, busca permitir a identificação dos membros das torcidas organizadas, cujos componentes devem ser relacionados em um cadastro com uma série de dados a seu respeito. O objetivo do legislador foi, a partir dessa individualização, permitir a identificação do torcedor que eventualmente promover algum ato atentatório ao bom andamento do espetáculo esportivo (GOMES et al, 2011, p. 20).

Seguindo a lógica explicitada nos parágrafos anteriores, a equiparação entre o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Torcedor trouxe também reflexos para as entidades de prática desportiva, que foram equiparadas ao fornecedor do art. 3º da Lei 8.078/90 pelo art. 3º do Estatuto do Torcedor:

Art.3º Para todos os efeitos legais, equiparam-se a fornecedor, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a entidade responsável pela organização da competição, bem como a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo (BRASIL, 2003)

A principal característica da relação de consumo é a prestação. Assim, o legislador pátrio entendeu por bem equiparar as entidades de prática e as entidades responsáveis pela organização aos fornecedores, ao mesmo tempo em que equipara o torcedor ao consumidor.

O art. 5º, por sua vez, apresenta uma das maiores inovações com relação ao combate à violência nos estádios brasileiros, prevendo ineditamente em seu inciso VI a publicação de uma relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer ao estádio. Determina o artigo:

Art. 5º São asseguradas ao torcedor a publicidade e transparência na organização das competições administradas pelas entidades de administração do desporto, bem como pelas ligas de que trata o art. 20 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

§ 1º As entidades de que trata o caput farão publicar na internet, em sítio da entidade responsável pela organização do evento:

(...)

VI - a relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer ao local do evento desportivo.

§ 2º Os dados contidos nos itens V e VI também deverão ser afixados ostensivamente em local visível, em caracteres facilmente legíveis, do lado externo de todas as entradas do local onde se realiza o evento esportivo (BRASIL, 2003).

Destaca-se, no entanto, que tal proibição não permite ao organizador do evento impedir o acesso de torcedores por conta própria, sem qualquer motivo aparente, sob pena de cometimento de ilícito contra o consumidor. Tal restrição só seria legítima a partir de decisão judicial, transação penal ou suspensão do processo com determinação expressa nesse sentido (GOMES et al, 2011, p. 23).

Neste tocante, o EDT cria um mecanismo que seleciona e restringe o acesso de torcedores, distinguindo aqueles que são desejáveis ou não. Ou, ainda, nas palavras de Campos et al (2008), diferenciando-os entre torcedores “ordeiros” ou “desordeiros”. Assim, a erradicação dos atos violentos estaria supostamente ligada à identificação de um modelo de torcedor para os esportes modernos, alterando seu comportamento ou mesmo selecionando-o. Trata-se de questão interessante, cuja discussão será retomada no capítulo subsequente.

Ainda no Capítulo II, que começa a tratar da transparência na organização do evento esportivo, temos o artigo 6º, que criou a figura do “ouvidor da competição” para estabelecer contato entre os organizadores e o público com o objetivo de realizar esclarecimentos, receber sugestões, reclamações e manifestações pertinentes. O ouvidor tem a obrigação de oferecer sua resposta em até trinta dias, além de publicar na página virtual suas considerações e propostas. Assim, buscou-se estimular a participação voluntária do torcedor na defesa de suas prerrogativas e interesses, embora pouco tenha se noticiado de tenha sido realmente colocado em prática no cenário nacional.

O Capítulo IV é o mais importante no que concerne à segurança nos estádios, o que se evidencia por seu próprio título: “Da segurança do torcedor partícipe do evento esportivo”.

A edição deste capítulo, bem como as alterações promovidas pela Lei 12.299/2010, foi precedida de intenso debate nas respectivas casas legislativas e tem como objetivo declarado extirpar a violência das praças esportivas, conforme explícito no caput do art. 13, o qual garante que “o torcedor tem direito à segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes durante e *após a realização das partidas*”.

O art. 13-A, introduzido através das alterações promovidas pela Lei 12.299/2010, estabelece uma série de condições que devem ser observadas pelo torcedor. Caso contrário, este poderá ter seu ingresso impossibilitado ou mesmo ser expulso do espetáculo esportivo.

Art. 13-A. São condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, sem prejuízo de outras condições previstas em lei

- I - estar na posse de ingresso válido;
 - II - não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência;
 - III - consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança;
 - IV - não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, inclusive de caráter racista ou xenófobo;
 - V - não entoar cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos;
 - VI - não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo;
 - VII - não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos;
 - VIII - não incitar e não praticar atos de violência no estádio, qualquer que seja a sua natureza;
 - IX - não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores.
 - X - não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável.
- Parágrafo único. O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso do torcedor ao recinto esportivo, ou, se for o caso, o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis. (BRASIL, 2003)

Assim, para obter acesso ao recinto esportivo, o torcedor deve estar na posse de ingresso válido. Tem-se como ingresso válido aquele emitido sob responsabilidade do clube mandante, constando obrigatoriamente o preço, e se possível a data e o nome das equipes envolvidas na disputa, conforme as diretrizes de segurança da FIFA.

O mesmo artigo, em seguida, estabelece que o torcedor não deverá portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis a possibilitar a prática de atos violentos. Essa previsão é tema de grande controvérsia, motivo pelo qual será tratada posteriormente em item específico.

Outras restrições ainda são realizadas, proibindo-se o porte de cartazes racistas ou xenófobos, de fogos de artifícios, o arremesso de objetos no campo de jogo, a utilização de bandeiras com mastros de bambu ou similares.

Algumas dessas restrições são amplamente questionadas pelos próprios torcedores, uma vez que a utilização de bandeiras e fogos de artifício é tradicional no esporte brasileiro. Contudo, a proibição persiste, ainda que seja possível verificar-se a utilização destes itens proibidos em vários estádios brasileiros ainda hoje, mais de dez anos após a edição do diploma legal.

De mais a mais, a inibição de instrumentos de disseminação de dizeres racistas ou xenófobos não ilide que a torcida comumente entoe gritos que incidam em tais práticas. As medidas repressivas, assim, parecem não surtir efeitos diante da ausência de medidas educativas que discutam a intolerância em todas as suas formas.

Nos ditames do art. 14⁹, a responsabilidade pela segurança dos torcedores está a cargo das entidades de prática desportiva detentoras do mando de jogo e seus dirigentes, que deverão solicitar ao Poder Público a presença de agentes de segurança, dentro e fora dos estádios, assim como informar aos órgãos públicos de segurança, transporte e higiene, os dados necessários à segurança da partida, tais como local, horário e expectativa de público.

O art. 17¹⁰ apresenta outra importante inovação no que se refere à segurança nos eventos esportivos, prevendo a implementação de planos de ação referentes à segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos. Esse documento deve ser elaborado pela entidade responsável pela organização da competição, com a participação das entidades de prática desportiva que a disputarão e dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

Segundo Pimenta (1997), estratégias antiviolação são desenvolvidas com o escopo de evitar tumultos e confrontos entre as torcidas. Nesse sentido, os policiais militares escalados para trabalhar em dia de jogo são distribuídos em cada setor do estádio segundo uma estratégia pré-definida pelo comandante, levando em consideração as características de

⁹ Art. 14. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão:

I – solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos;

II - informar imediatamente após a decisão acerca da realização da partida, dentre outros, aos órgãos públicos de segurança, transporte e higiene, os dados necessários à segurança da partida, especialmente:

- a) o local;
- b) o horário de abertura do estádio;
- c) a capacidade de público do estádio; e
- d) a expectativa de público;

III - colocar à disposição do torcedor orientadores e serviço de atendimento para que aquele encaminhe suas reclamações no momento da partida, em local:

- a) amplamente divulgado e de fácil acesso; e
- b) situado no estádio.

§ 1º É dever da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solucionar imediatamente, sempre que possível, as reclamações dirigidas ao serviço de atendimento referido no inciso III, bem como reportá-las ao Ouvidor da Competição e, nos casos relacionados à violação de direitos e interesses de consumidores, aos órgãos de defesa e proteção do consumidor.

¹⁰ Art. 17. É direito do torcedor a implementação de planos de ação referentes a segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos.

§ 1º Os planos de ação de que trata o caput serão elaborados pela entidade responsável pela organização da competição, com a participação das entidades de prática desportiva que a disputarão e dos órgãos responsáveis pela segurança pública, transporte e demais contingências que possam ocorrer, das localidades em que se realizarão as partidas da competição.

§ 2º Planos de ação especiais poderão ser apresentados em relação a eventos esportivos com excepcional expectativa de público.

§ 3º Os planos de ação serão divulgados no sítio dedicado à competição de que trata o parágrafo único do art. 5º no mesmo prazo de publicação do regulamento definitivo da competição.

cada policial. Assim, conforme diz o autor, os policiais alocados nas áreas das torcidas organizadas são aqueles de maior força física, enquanto os policiais com uma melhor habilidade de diálogo estão locados dentro do campo.

Mais adiante, nos estádios com capacidade superior a 10.000 (dez mil) pessoas, o art. 18 prevê a obrigatoriedade em manter-se uma central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente:

Art. 18. Os estádios com capacidade superior a 10.000 (dez mil) pessoas deverão manter central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente.

Tal monitoramento tem como objetivo a imediata detecção de focos de violência, com a devida identificação dos responsáveis, bem como a ocorrência de outros tipos de desordem que possam colocar a segurança dos torcedores em risco, a exemplo de incêndios e desabamentos (GOMES et al, 2011, p. 55).

Nesse diapasão, o art. 25 também prevê a existência de controle por imagens, conforme segue:

Art. 25. O controle e a fiscalização do acesso do público ao estádio com capacidade para mais de 10.000 (dez mil) pessoas deverão contar com meio de monitoramento por imagem das catracas, sem prejuízo do disposto no art. 18 desta Lei (BRASIL, 2003)

O artigo subsequente reconhece a importância de assegurar-se ao torcedor condições de chegar ao evento desportivo de maneira eficiente e segura. Prevê o dispositivo:

Art. 26. Em relação ao transporte de torcedores para eventos esportivos, fica assegurado ao torcedor partícipe:
I - o acesso a transporte seguro e organizado;
II - a ampla divulgação das providências tomadas em relação ao acesso ao local da partida, seja em transporte público ou privado; e
III - a organização das imediações do estádio em que será disputada a partida, bem como suas entradas e saídas, de modo a viabilizar, sempre que possível, o acesso seguro e rápido ao evento, na entrada, e aos meios de transporte, na saída (BRASIL, 2003).

A importância de tal previsão encontra-se no fato de que os atos violentos ligados ao futebol não ocorrem necessária e unicamente nos estádios, mas também se deslocam para os seus arredores.

Seguindo na análise do diploma legal, chega-se ao Capítulo XI, intitulado “Das Penalidades”, que apresenta diversas sanções administrativas e penais para os casos de desrespeito ao disposto no Estatuto.

Os art. 39-A e 39-B voltam a abordar a figura das torcidas organizadas:

Art. 39-A. A torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto; praticar ou incitar a violência; ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até 3 (três) anos.

Art. 39-B. A torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento (BRASIL, 2003).

Constata-se, em uma análise superficial dos mencionados dispositivos, sua difícil aplicação, uma vez que o impedimento imposto à torcida em sua integralidade de comparecer ao evento esportivo é de difícil controle e pode ser facilmente burlado, bastando a ocultação dos sinais que a caracterizam.

Ademais, a Lei acabou criando uma absurda espécie de responsabilidade objetiva aos participantes das organizadas, que podem ser impedidos por até três anos de assistir aos jogos pelo simples fato de serem associados, não sendo necessária sua participação em qualquer fato delitivo (GOMES et al, 2011, p. 106).

O Art. 41-A também merece destaque, prevendo a criação dos Juizados do torcedor, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal para o julgamento e execução das causas decorrentes das atividades reguladas no Estatuto do Torcedor:

Art. 41-A. Os Juizados do torcedor, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pelos Estados e pelo Distrito Federal para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes das atividades reguladas nesta Lei. (BRASIL, 2003).

Luiz Flávio Gomes (2011, p. 112) posiciona-se contra a criação destes Juizados, uma vez que, na opinião dele, apenas assoberbariam o sistema judicial, que possui prioridades mais urgentes. Em seu entendimento, boa parte das causas que versam sobre os direitos do torcedor podem ser solucionadas perante os Juizados Especiais Cíveis ou Criminais de que trata a Lei 9.099/95.

O Poder Judiciário de Santa Catarina, a exemplo dos de outras unidades da federação, criou programa especial para atuação dos juizados criminais dentro dos estádios de futebol.

Tal tema, por sua relevância dentro do presente trabalho, será abordado mais adiante neste estudo.

Por fim, o Capítulo XI-A, incluído em sua totalidade pela Lei 12.299/2010, introduziu a tutela penal no Estatuto do Torcedor, criminalizando as condutas mais violentas passíveis de ocorrência nos eventos esportivos.

Dentro do objeto de estudo, que visa abordar os artigos relevantes para a questão da violência nas praças esportivas, destaca-se o art. 41-B, que prescreve:

Art. 41-B. Promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos

Pena - reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos e multa.

§ 1º Incorrerá nas mesmas penas o torcedor que:

I - promover tumulto, praticar ou incitar a violência num raio de 5.000 (cinco mil) metros ao redor do local de realização do evento esportivo, ou durante o trajeto de ida e volta do local da realização do evento;

II - portar, deter ou transportar, no interior do estádio, em suas imediações ou no seu trajeto, em dia de realização de evento esportivo, quaisquer instrumentos que possam servir para a prática de violência.

§ 2º Na sentença penal condenatória, o juiz deverá converter a pena de reclusão em pena impeditiva de comparecimento às proximidades do estádio, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de 3 (três) meses a 3 (três) anos, de acordo com a gravidade da conduta, na hipótese de o agente ser primário, ter bons antecedentes e não ter sido punido anteriormente pela prática de condutas previstas neste artigo.

§ 3º A pena impeditiva de comparecimento às proximidades do estádio, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, converter-se-á em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta

§ 4º Na conversão de pena prevista no § 2º, a sentença deverá determinar, ainda, a obrigatoriedade suplementar de o agente permanecer em estabelecimento indicado pelo juiz, no período compreendido entre as 2 (duas) horas antecedentes e as 2 (duas) horas posteriores à realização de partidas de entidade de prática desportiva ou de competição determinada

§ 5º Na hipótese de o representante do Ministério Público propor aplicação da pena restritiva de direito prevista no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, o juiz aplicará a sanção prevista no § 2º (BRASIL, 2003).

O caput do dispositivo legal em questão prevê a criminalização de determinadas condutas, como a de causar tumulto durante eventos esportivos, assim como "praticar, incitar ou invadir", tratando-se, portanto, de crime de perigo, prescindindo de qualquer resultado naturalístico.

A conduta equiparada pelo inciso I, por sua vez, prevê a punição do torcedor que cause tumulto em um raio de 5.000 (cinco mil) metros ao redor do evento esportivo, inibindo assim a promoção de brigas no entorno dos estádios, enquanto o inciso II criminaliza tão

somente a conduta de "portar, deter ou transportar, (...) quaisquer instrumentos que possam servir para a prática de violência", em um tipo penal que abre uma ampla margem aos agentes de segurança atuantes nos estádios, que podem, sob essa ótica, tipificar o delito através do porte de qualquer objeto que julguem inadequado.

Observa-se também que todas as infrações são consideradas de pequeno potencial ofensivo, eis que sendo a pena máxima igual a dois anos, pode ser utilizado o instituto da transação penal, nos termos do art. 76 da Lei 9.099/1995 - Juizado Especial Criminal.

O parágrafo 2º do art. 41-B ainda prevê a possibilidade de aplicação de pena restritiva de direitos, inclusive, a medida despenalizadora, no caso de o agente ser primário, ter bons antecedentes e não ter sido punido anteriormente pela mesma conduta, podendo converter a pena de reclusão no mero impedimento de comparecer às proximidades de qualquer evento esportivo. Para isso, deve apresentar-se em estabelecimento indicado pelo Juiz em período que deverá anteceder duas horas o início do evento, permanecendo até duas horas posteriores o encerramento deste (§ 4.º do art. 41-B), pelo período de três meses a três anos, somente convertendo em pena privativa de liberdade em caso de descumprimento injustificado (§ 3.º do art. 41-B).

Diante do exposto, conclui-se que o Estatuto do Torcedor demonstrou a preocupação do Poder Público no que concerne ao problema da violência nos estádios. Não por acaso, vários de seus dispositivos abordam essa questão. Ainda, percebe-se que, através do Estatuto, o Estado preocupou-se também em estabelecer diretrizes básicas que norteiam o tratamento dado ao torcedor nas praças esportivas, envolvendo, principalmente, o ideal do torcedor enquanto consumidor.

No entanto, ainda que representem avanço à medida que condensa em um diploma legal a preocupação declarada com a formulação de medidas que garantam ao torcedor o acesso às práticas desportivas que lhes aproveitem, o Estatuto de Defesa do Torcedor merece uma análise mais detida que questione seus resultados práticos para além de seus objetivos declarados. Este é o objetivo do terceiro e último capítulo deste trabalho.

Antes, no entanto, por sua importância, nos detemos na análise de duas das principais medidas adotadas com o intuito de coibir a violência nas praças desportivas.

2.2 A PROIBIÇÃO DA VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NOS EVENTOS ESPORTIVOS

A existência de medidas legais que proíbem a venda e consumo de bebidas alcóolicas dentro dos estádios permaneceu por um longo tempo na pauta da política de combate à violência no futebol, sendo até hoje tema de grande controvérsia quanto a seus efeitos práticos na redução dos atos violentos.

Ainda em 1996, ou seja, no calor da já citada briga entre torcedores de Palmeiras e São Paulo no Estádio do Pacaembu, o Estado de São Paulo, através da Lei Estadual 9.470/1996, foi pioneiro ao proibir a venda, a distribuição e a utilização de bebidas alcóolicas nas praças esportivas:

Art. 5.º Nos estádios de futebol e ginásios de esportes mencionados nos art. 1.º ficam proibidas a venda, a distribuição ou utilização de:
I – bebidas alcóolicas (SÃO PAULO, 1996)

No âmbito nacional, em 31 de agosto de 2007, o CNPG (Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União) propôs à CBF (Confederação Brasileira de Futebol) um protocolo de intenções com o objetivo de promover ações conjuntas no combate à violência nos estádios. Em 25 de abril do ano seguinte, foi firmado entre ambas um termo de adendo ao referido protocolo, o qual determinou a restrição do consumo e venda de bebidas alcóolicas no interior dos estádios brasileiros.

É polêmica a positivação de tal medida restritiva junto ao Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003), mesmo após as alterações promovidas pela Lei 12.299/2010.

Isto porque o texto do art. 13-A somente menciona enquanto condição de acesso aos estádios que o torcedor não porte bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de violência:

Art. 13-A. São condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, sem prejuízo de outras condições previstas em lei:
I - estar na posse de ingresso válido;
II - não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência; (BRASIL, 2010).

Assim, o vago texto legal deixa margens a interpretações diversas, eis que não há regulamentação sobre as bebidas que se subsumam à normativa e tampouco se fala em especial sobre a questão da venda dentro dos estádios.

Ao analisar o artigo 13-A, Luiz Flávio Gomes (2011, p. 39) defende que este não proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas praças esportivas, mas tão somente o ingresso no recinto esportivo do torcedor que estiver na posse de bebida suscetível de acarretar um perigo de dano, gerador em potencial de atos de violência. Uma vez que o dispositivo legal não faz nenhuma menção expressa às bebidas alcoólicas, o autor acredita que o legislador visava proibir o porte, por exemplo, de latas ou garrafas de vidro contendo bebida, não necessariamente alcoólicas, uma vez que estes são objetos capazes de gerar lesões caso mal utilizados.

No mesmo sentido, a estudiosa Heloísa Reis afirma que:

Em nenhum de seus artigos, incisos, parágrafos o Estatuto do Torcedor (Lei no. 10.671/2003 alterado pela Lei no. 12.299/2010) determina a proibição da venda de bebidas alcóolicas em estádios. Como já exposto estas proibições são impostas por legislações estadual e municipal e em um número irrisório de estados e municípios brasileiros (REIS, 2006, p. 19).

Apesar de a análise do dispositivo não apresentar uma solução clara para a questão, gerando ampla discussão doutrinária e judicial, o CNPG é categórico ao afirmar que o Estatuto do Torcedor proíbe sim o comércio e consumo de bebidas alcóolicas nos estádios¹¹.

A fim de dirimir a questão, alguns estados da Federação, de forma complementar, criaram leis estaduais que proíbem expressamente a venda, distribuição ou consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, à exemplo do já mencionado Estado de São Paulo, por meio da Lei 9.470/1996. Seguiram esse exemplo o Estado do Rio Grande do Sul (Lei 12.916/2008), o Estado do Pernambuco (Lei 13.748/2009) e o Estado do Rio de Janeiro (Lei 2.991/1998)

Em Santa Catarina, segundo divulgado no site oficial do Ministério Público, além da restrição do Estatuto do Torcedor, a venda e o consumo de bebidas alcoólicas é vedada por um Termo de Ajustamento de Conduta, proposto pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e assinado pela Federação Catarinense de Futebol (FCF) e pela Associação de Clubes

¹¹ MPSC. Comissão Permanente de adoção de medidas de prevenção e combate à violência nos estádios de futebol. Disponível em: <http://www.mpsc.mp.br/portal/conteudo/administracao/nota_cnpg.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2014.

de Futebol de Santa Catarina, e também por uma resolução da própria FCF ¹². Trata-se de referência à Resolução de Diretoria Nº 44/2011, a qual enuncia que:

Art. 15. À associação que tiver o mando de campo da partida, além de todas as medidas de ordem administrativa e técnica indispensáveis à segurança no estádio, no campo de jogo e a normalidade do trabalho dos profissionais, autoridades e demais envolvidos na realização da competição, observado o disposto na Lei nº 10.671/2003 - Estatuto de Defesa do Torcedor, terão que providenciar os laudos que atestarão a real capacidade de público dos estádios e suas condições de segurança, conforme o Decreto nº 6.795, de 16/03/2009, que regulamentou o art. 23 da referida Lei, observados os requisitos da Portaria nº 238, de 09/12/2010, do Ministério do Esporte, e, ainda: [...]

§2º Ficam vedados:

I – o acesso de torcedores embriagados, que poderão ser processados e julgados na forma estabelecida na legislação vigente;

II – a venda e o consumo de bebidas alcoólicas dentro de todos os estádios, conforme o Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela FCF em 18/12/2009 com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a Polícia Militar de Santa Catarina e a Associação de Clubes de Futebol Profissional/SC (FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL, 2011).

Recentemente, com a realização da Copa do Mundo no Brasil, a discussão acerca da proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios ganhou novos contornos. Isso porque foi aprovada a Lei 12.663/2012, mais conhecida por Lei Geral da Copa, responsável por determinar as regras e condições para o funcionamento da Copa do Mundo no país. Tal lei, em um de seus artigos, assim dispõe:

Art. 68. Aplicam-se a essas Competições, no que couberem, as disposições da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003.

§ 1º Excetua-se da aplicação supletiva constante do caput deste artigo o disposto nos arts. 13-A a 17, 19 a 22, 24 e 27, no § 2º do art. 28, nos arts. 31-A, 32 e 37 e nas disposições constantes dos Capítulos II, III, VIII, IX e X da referida Lei (BRASIL, 2012).

Ou seja, ainda que não permita expressamente a venda de bebidas alcoólicas durante tais eventos, o mencionado dispositivo afasta a aplicação do art. 13-A do Estatuto do Torcedor durante a competição, o qual veda o acesso e permanência a quem esteja portando bebida suscetível de gerar ou possibilitar a prática de atos violentos.

A edição do mencionado artigo promoveu ampla discussão legislativa, pois contradiz a política nacional adotada em relação às bebidas alcoólicas nos estádios em nome de

¹² MPSC. CNPG reforça em nota proibição de bebidas alcoólicas nos estádios. Disponível em: <<http://portal.mp.sc.gov.br/portal/servicos/imprensa-e-multimedia/noticias/cnpg-reforca-em-nota-proibicao-de-bebidas-alcoolicas-nos-estadios.aspx>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

interesses financeiros da FIFA, uma associação de direito privado que possui contrato de patrocínio firmado com uma cervejaria norte-americana.

Nesse sentido, é difícil dizer se a FIFA abre mão de uma medida importante de segurança em nome do lucro ou se, em verdade, é questionável a importância desta ordem de proibições para garantir a segurança nos estádios.

Em suma, ainda que controversa, a proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas é declarada enquanto um dos instrumentos jurídicos na pauta do combate à violência nos estádios.

Trata-se de medida que segue a recomendação trazida pelo Tratado do Conselho da Europa (ETS 120) de 1985, produzido com base em pesquisas europeias que vinculam a violência no futebol ao uso abusivo de álcool nos estádios europeus, e que propôs aos estados membros, dentre outras medidas preventivas, a proibição desta espécie de bebidas nos eventos esportivos.

Os resultados práticos desta ordem de proibição serão objeto de discussão no capítulo subsequente, razão pela qual passamos, por ora, à análise da criação dos Juizados especiais nos estádios.

2.3 JUIZADOS CRIMINAIS NOS ESTÁDIOS – SANTA CATARINA E O PROGRAMA JUSTIÇA PRESENTE

Dentre as medidas consideradas de relevância adotadas por diversos Estados no combate à violência nos estádios está o deslocamento de Juizados Especiais Criminais para estes espaços.

Como é sabido, os Juizados Especiais Criminais foram instituídos pela Lei 9.099/95, tendo sua competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, ou seja, daqueles fatos típicos em a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos.

O processo diante de tais Juizados obedece ao procedimento sumaríssimo e orienta-se pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

O Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/03), através de seu art. 41-A, previu a criação dos Juizados do torcedor, órgãos da Justiça Ordinária, com competência cível e criminal, que poderiam ser criados pelos Estados e pelo Distrito Federal para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes das atividades reguladas naquela Lei.

No entanto, conforme assevera Gomes (2011, p. 112), apenas o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do Provimento 1.838/2010, criou esta espécie de Juizado.

Outros Estados, ao invés de criarem este órgão especial, adotaram programas que visam levar os Juizados Criminais aos estádios de futebol para, aproveitando instalações adaptadas e atuando de modo itinerante e não permanente, instantaneamente conhecer, apreciar e julgar as ocorrências de menor potencial ofensivo ocorridas nas adjacências ou no interior desses ambientes.

Assim fez o Estado de Santa Catarina que, através da Resolução n. 24/06-GP, instituiu o denominado “Programa Justiça Presente”. Segundo a descrição do mesmo, oferecida pelo próprio sítio virtual criado para o programa:

O “Programa Justiça Presente”, instituído pela Resolução n. 24/06-GP, foi idealizado pela Presidência do Tribunal de Justiça com o intuito de atender, por meio de Unidade Volante, a eventos com grande fluxo de pessoas, tais como jogos de futebol, espetáculos artísticos e festas populares e que possam gerar ocorrências de delitos de menor potencial ofensivo (pena privativa de liberdade de até 2 anos de reclusão – art. 61 da Lei n. 9.099/95) (art. 1º da Res. n. 24/06-GP)¹³.

E, ainda, seu objetivo declarado é:

Atento ao aumento da violência nos jogos de futebol verificado em alguns Estados da Federação, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina resolveu dar início ao Programa acompanhando a realização de partidas de futebol nos campeonatos brasileiros das séries A e B, disputadas no Estado pelas equipes do Figueirense Futebol Clube e Avaí Futebol Clube, garantindo segurança para os torcedores e ao patrimônio dos clubes, coibindo e punindo prontamente práticas delituosas dentro e no entorno dos estádios de futebol. O projeto também acompanhou duas partidas disputadas pela série C do Campeonato brasileiro, disputadas pelo Criciúma Esporte Clube¹⁴.

Procedimentalmente, tal programa atua da seguinte forma: os casos ocorridos dentro ou nas imediações do estádio são, inicialmente, encaminhados ao Delegado de Polícia que, ao constatar o cometimento de um ilícito, lavrará um termo circunstanciado, encaminhando o

¹³ TJSC. Programa Justiça Presente. Disponível em: <<http://www.tj.sc.gov.br/institucional/especial/coordjuzesp/legislacao/res200624gp.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

¹⁴ Idem.

Autor do fato e a vítima (se houver) às instalações do Juizado Especial Criminal dentro do estádio.

Nesse momento, diante de um magistrado ali presente, e após o Escrivão Judicial verificar os antecedentes criminais do Autor do fato junto à Corregedoria-Geral da Justiça, será instalada uma audiência – para a qual concorrerão não só os envolvidos no delito, mas também um Promotor de Justiça e um defensor nomeado.

Em seguida, verifica-se a possibilidade de se realizar proposta de transação penal que, quando viável, será possibilitada pela aplicação imediata de pena de multa ou restritiva de direitos, ao invés da privativa de liberdade, desde que a conduta, a personalidade, os motivos e as circunstâncias da ocorrência na qual se entreteve estejam por indicar a adequação da medida.

Conduzida a transação pelo Ministério Público e percebendo a presença dos requisitos legais, apresentará este a proposta ao Autor do fato, que, na companhia de seu advogado, deliberará pela aceitação ou não de uma pena de prestação de serviços à comunidade que imponha ao censurado, principalmente, a restrição para assistir jogos de futebol por um determinado prazo, ocasiões essas em que será obrigado a acompanhar palestras ou orientações contra a violência, a prestação de serviços a entidades beneficentes ou de natureza pública, dentre outras. Em qualquer caso, é recomendável que o condenado seja obrigado a executar tais atividades no horário dos jogos de sua equipe.

Aceita a proposta de transação penal, o magistrado, que acompanhará a formalização do acordo, deliberará pela respectiva homologação, intimando o Autor do fato, em dia e hora previamente designados, a iniciar o cumprimento da sanção que lhe foi atribuída.

No entanto, caso inviabilizada a proposta de transação penal, de imediato poderá ser desencadeado o procedimento sumaríssimo, através de denúncia oral do Ministério Público, citação do Autor do fato e intimação do seu advogado para apresentar defesa escrita, designando-se a data mais próxima para a realização de uma audiência de instrução e julgamento. Nessa segunda ocasião, o magistrado deliberará sobre o recebimento ou não da denúncia do Ministério Público, seguindo-se a inquirição da vítima e testemunhas, para – só então – realizar-se o interrogatório do réu. Por fim, as partes debaterão oralmente as circunstâncias da causa e o juiz sentenciará o processo.

Em relação ao campo de atuação do Programa, opera sob a perspectiva do Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/03) e aplica as penalidades por este previstas:

O Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/03) prevê a seguinte pena ao torcedor infrator que promover tumulto, praticar ou incitar a violência, invadir local restrito aos competidores ou causar tumulto e praticar ou incitar a violência num raio de cinco mil metros ao redor do local da realização do evento esportivo, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 9.099/95: proibição de comparecer às proximidades do local, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de três meses a um ano, de acordo com a gravidade da conduta (art. 39 e seu § 1º, da Lei n. 10.671/03)¹⁵.

O deslocamento dos Juizados Criminais aos estádios, assim, tem como objetivo declarado promover a eficiência do julgamento de delitos relacionados ao futebol. Essa propalada eficiência, porém, pode implicar em celeridade que age em detrimento às garantias do acusado.

De mais a mais, é preciso sopesar a utilidade de tal medida frente seu impacto real. O mesmo ocorre com as demais determinações relativas à segurança previstas pelo Direito brasileiro.

Nesse sentido, uma vez promovido o levantamento dos principais dispositivos legais que norteiam a política nacional de segurança nos estádios, cumpre realizar uma análise crítica sobre o material coletado.

¹⁵ Idem

3 UMA ANÁLISE CRÍTICA DA POLÍTICA DE SEGURANÇA IMPLEMENTADA NOS ESTÁDIOS BRASILEIROS

Introduzido o problema, através do primeiro capítulo, e apresentadas as medidas tomadas pelo Estado no enfrentamento deste, escopo da segunda parte deste trabalho, resta agora analisar as consequências de tais previsões legais e a eficácia da política de segurança nos estádios por elas norteadas.

Para tanto, adotaremos uma postura crítica, apontando as falhas e inconsistências de tais medidas, uma vez que, em um juízo prévio, estas não tem se mostrado eficazes na redução dos índices de violência relacionada ao futebol. Mais do que isso, a política de segurança instaurada pelo Poder Público nestes espaços tem sido um dos motivos para o próprio agravamento da questão.

Cientes desse panorama, nossa avaliação dar-se-á no sentido de aferir os resultados gerados pelos dispositivos em questão para, em um segundo momento, identificar as consequências causadas por estes no ambiente futebolístico. Dentro de nosso alcance, também apresentaremos possíveis soluções aos problemas apresentados, sobretudo através da exposição de alternativas de sucesso adotadas em outros países.

3.1 PROIBIR AS BEBIDAS REDUZIU A VIOLÊNCIA?

Tal qual aludido no segundo capítulo do presente trabalho, a proibição do consumo de álcool nos estádios vem sendo indicada como uma das medidas que visam reduzir a insegurança nas praças desportivas. Tal medida, cuja previsão no Estatuto do Torcedor é controversa ante a ambiguidade do texto legal, é prevista na legislação estadual de vários Estados, sendo que vários outros a adotaram após a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), como no caso de Santa Catarina.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Brasil não é o único país a adotar tal medida. Itália e Argentina também proibiram a venda de bebidas alcoólicas nas arenas desportivas com o objetivo declarado de conter os crescentes casos de violência.

Interessante anotar que a Inglaterra, país que lutou para controlar o hooliganismo nos anos 1990, também chegou a adotar durante muito tempo política semelhante à nossa em relação a venda e o consumo de bebidas alcoólicas no interior das praças desportivas

(TOBAR, 2012, p. 14). Hoje, neste país, a venda destas bebidas nos locais dos jogos é controlada, existindo licenças especiais concedidas aos estádios que permitem aos torcedores consumi-las durante alguns períodos específicos da partida e em áreas do estádio que possuem visão restrita do campo. Na Alemanha, por sua vez, a venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios não encontra qualquer restrição.

Dessa forma, importa esclarecer que a proibição de consumo de bebidas alcoólicas nos estádios não é uma medida consensual.

Entre aqueles que a defendem, o principal argumento que sustenta a proibição refere-se ao conhecimento comum de que o álcool provoca a agressividade.

Para Murad, por exemplo, a bebida alcoólica é um dos fatores que explicam a violência no futebol, funcionando como “combustível para a prática de atos violentos” (2012, p. 184).

Heloísa Reis (2006, p.19), responsável pela defesa desta medida em vários congressos especializados, compartilha do mesmo entendimento, indicando ainda a existência de uma relação maléfica entre o consumo de álcool e a população jovem no Brasil.

De outra banda, existem vários autores que se posicionam contrariamente à proibição, questionando sua legalidade e mesmo a ausência de comprovações científicas da relação entre consumo alcoólico e violência.

Geoff Pearson é autor de várias obras sobre o tema¹⁶. Estudo realizado por ele e Arianna Sale (2011) aponta que a medida de restrição às bebidas alcoólicas nos estádios não constitui fator determinante para a redução dos números de eventos violentos.

Para o autor, conquanto o efeito desinibidor da bebida alcoólica seja, inclusive, uma das razões pela qual seu consumo é tão popular, uma relação química entre violência e álcool ainda carece de comprovação. Segundo apurou, é certo que o álcool torna algumas pessoas mais propensas a envolver-se em comportamento violento, porém, mesmo nesses casos, isso parece ter efeito somente em uma parcela das vezes. Acrescenta ainda que, segundo os estudos promovidos, o consumo de álcool parece não ter o mesmo impacto em todas as pessoas (2012, tradução nossa¹⁷). Ele continua por afirmar que:

16 Cf. Pearson, G. and Sale, A. (2011) *On the Lash: Revisiting the Effectiveness of Alcohol Controls at Football Matches*. *Policing and Society* vol 21 issue 1 pp 1-17 e Pearson, G. (2012) ‘An Ethnography of English Football Fans: Cans, Cops and Carnivals’. *New Ethnographies*. Manchester University Press, Manchester

17 It is accepted that alcohol consumption acts as a dis-inhibitor when it comes to the behaviour of human beings, which is of course one of the reasons it is so popular, and one might assume that it follows from this that alcohol increases the risk of an individual becoming involved in violence or disorder. In fact, despite numerous scientific studies investigating the link between alcohol and violence, a direct pharmacological causal connection has yet to be established. It is clear that alcohol makes some people more likely to become involved

O senso comum de que o álcool conduz ao hooliganismo não resiste à uma análise minuciosa. Momentos de violência séria e organizada geralmente acontecem com pouco ou quase nenhum consumo de álcool (afinal, estar bêbado inibe a habilidade do sujeito para lutar) e quando o consumo de álcool foi visto como um fator em desordens de menor vulto, não parece ser um fator primário [...] Da mesma forma, por que o cricket ou o rugby não tem a mesma reputação pelo hooliganismo, quando o consumo de álcool é uma parte igualmente (ou até mais) importante da cultura do torcedor? Finalmente, uma análise de eventos graves promovidos por fãs inglês também questiona o papel do álcool- tipicamente, onde o álcool está mais prontamente disponível, nós tendemos a ver menor índice de desordem do que em lugares onde o álcool é restrito (tradução nossa) ¹⁸

Além de infundada, a proibição seria responsável por gerar efeitos secundários indesejáveis, como a reunião dos torcedores em bares nos arredores dos estádios antes do evento, o que dificulta a execução dos planos de ação que evitam encontros entre as torcidas e aumenta a chance de enfrentamento entre esses grupos.

Existe uma relação interessante entre a incerteza científica da relação entre álcool e violência e a imposição de medida legal que proíba seu consumo em certos ambientes. Para Tobar (2012, p.8), a medida proibitiva tolhe a liberdade fundamental do indivíduo, razão pela qual somente se legitimaria constitucionalmente caso fosse a ultima ratio das ações a serem tomadas no combate a violência. Diante da probabilidade de que somente alguns poucos indivíduos sejam negativamente afetados pelo consumo, portanto, a medida correta seria a promoção de um sistema de segurança adequado à remoção destes indivíduos, e não da proibição para todos.

Nesta senda, a exemplo das medidas que proibiram a utilização de camisetas de torcidas organizadas ou das que impediram a entrada de bandeiras com mastro de bambu nos estádios brasileiros, a proibição da venda de bebidas alcoólicas obedece a sanha proibicionista de um Estado que, ao não conseguir controlar problemas gerados por uma parcela mínima de indivíduos, adota o caminho aparentemente mais fácil, mas pouco eficiente, da criminalização indiscriminada.

in this type of behaviour, but even here, it appears only to have this effect sometimes. Furthermore, alcohol consumption does not appear to have this impact on other individuals.

¹⁸ The 'common knowledge' that alcohol leads to hooliganism also does not stand up to scrutiny. Instances of serious organised violence usually take place with no or little alcohol consumption (after all, being drunk inhibits one's abilities to fight) and while alcohol has been seen as one factor in lower level crowd disorder, it does not seem to be a primary motivational factor[...] Similarly, why is it that cricket or rugby do not have the same reputation for 'hooliganism', when social alcohol consumption is an equally (if not more so) important part of match-going culture? Finally, an analysis of serious disorder engaged in by English fans also questions the role of alcohol – typically where alcohol is more readily available we tend to see fewer instances of crowd disorder than where access to alcohol is restricted (2012)

Tobar (2012) indica que muitas outras medidas poderiam ter sido tomadas antes de estabelecer a absoluta proibição do consumo de bebida alcoólica dentro dos estádios:

Por certo que iniciativas como (a) o aumento do investimento em segurança preventiva e especializada para vigilância dos torcedores, baseadas no sistema low-profile,³² aptas a conferir ágil e silenciosa captura de torcedores que venham a se exceder no consumo de tais líquidos com vistas a diminuir sensivelmente o sentimento de impunidade que reina entre os torcedores brasileiros; (b) aprovação e execução de planos e medidas de conscientização e educação, por parte de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos junto aos torcedores pela moderação no consumo de bebidas alcoólicas com suporte dos meios de comunicação de ampla divulgação;^{33, 34} (c) venda de bebidas alcoólicas com baixo teor de alcoolemia¹⁹; (d) desenvolvimento de ações que possibilitem o contato de torcedores com bebidas alcoólicas, ainda que vendidas controladamente como ocorre atualmente nos estádios ingleses;³⁵ (e) implementação de bafômetros operados junto à presença de médicos e enfermeiros nos portões e setores no interior dos estádios para averiguação da situação física e emocional de torcedores, proibindo a entrada e determinando a saída dos que já estão a cometer excessos antes do início e/ou no decorrer da partida; (f) agendamento de partidas em horários próximos ao meio-dia,³⁶ concedendo pouco tempo do dia para o embebedamento prévio de específica parcela de torcedores; (g) aumento do preço das bebidas alcoólicas; (h) limite individual de compra; dentre outras inúmeras medidas poderiam ter sido tomadas antes da decretação de proibição do consumo de bebidas alcoólicas nas praças desportivas brasileiras (2012, p. 07).

Ante a ausência de justificativas científicas que a corroborem, a política repressiva de proibição do consumo de bebidas alcoólicas justificar-se-ia como uma medida para incentivar o sentimento de segurança dos indivíduos. Estaria, portanto, incluído no que se tem chamado de “cultura do medo”, pautada em uma ansiedade irracional orquestrada pelo poder estatal e/ou grandes corporações frente a um perigo imaginário, o qual, muito mais do que pautado em dados reais, encontra-se enraizado no imaginário individual:

Instalou-se de tal maneira a cultura do medo no senso comum, que hoje ao lembrarmos da figura dos torcedores de futebol em conjunto de qualquer tipo de bebida alcoólica, certamente vislumbraremos afirmações uníssonas no sentido de uma enorme probabilidade de ocorrência de conflitos. Ou seja, a teoria do autor oriunda do direito penal, busca cada vez mais espaço para se solidificar, de modo a criar um estereótipo negativo direcionado a todos os torcedores que apreciam o uso das bebidas alcoólicas nos estádios de futebol, para em resumo, fazer crer que todo torcedor que consumir bebidas alcoólicas necessariamente será violento, o que sabemos, não pode ser aceito como verdade (Tobar, 2012, p.9).

Dentro desta lógica de “cultura do medo”, as soluções criadas são dotadas de eficiência tão imaginária quanto o problema que visam solucionar. Em outras palavras, o

¹⁹ No mesmo sentido, Marcos Alvito (2014, p. 39) lembra o caso da Holanda, onde foi permitido o consumo de cerveja com baixo teor alcoólico e em copos de plásticos durante os jogos da Eurocopa de 2004, sem que nenhum incidente grave fosse apresentado.

almejado é promover o sentimento coletivo de segurança, conquanto a eficácia pareça ser, reversamente, estimular o medo. Convém citar o questionamento do sociólogo Pedro Bôde ao discutir o sentido das políticas de restrições de Direito:

[...] será que encarcerados nesta realidade assustadora e sombria (falsa ideia de que a proibição possui efetividade) não acabamos aceitando um conjunto de regras, formulações e interpretações cuja eficácia consiste em alimentar aquilo que dizemos combater (insegurança)? (apud TOBAR, 2012, p.8)

Henrique Nunes de Souza (2008) estudou os números relativos às ocorrências violentas desde o banimento do álcool no Estádio Mineirão. Segundo sua conclusão, a proibição da venda de bebidas alcoólicas não contribuiu para a diminuição dos índices de violência no estádio, não havendo provas esta relação.

Nessa esteira, cumpre retomar a ideia de que a proibição, da forma em que é concebida atualmente, também pode tornar-se responsável por ocasionar vários problemas de segurança nos estádios. Isso porque:

Muitos desses torcedores e espectadores são vistos em vários bares e restaurantes consumindo cerveja nas imediações e só se animam a entrar no estádio minutos antes do início da partida. Isto ocasiona um afluxo grande e uma aglomeração nas entradas, gera impaciência e nervosismo por parte de alguns que não querem passar por todo o sistema de organização (D'ORNELAS, 2014, p. 170).

Com a entrada tardia de milhares de torcedores, multiplicam-se as aglomerações e a organização do jogo ainda enfrenta problemas com a realização da revista policial que, devido a demanda, passa longe da ideal e mostra-se mais sujeita a falhas na apreensão de objetos (de fato) perigosos.

Não bastasse toda essa discussão sobre a sua eficiência, o caso de Santa Catarina merece especial atenção por uma aparente falha legal. No Estado, a proibição da venda de bebidas alcoólicas foi supostamente firmada através da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), inexistindo qualquer legislação estadual que a confirme.

Sendo dubitável aferir-se da leitura do art. 13-A da Lei 10.671 a proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas dentro dos estádios, sua imposição por via de Termo de Ajustamento de Conduta é juridicamente questionável.

A natureza jurídica do TAC, conforme aponta Tobar (2012, p. 31), revela que este é um “ato jurídico em sentido estrito de reconhecimento da ilicitude da conduta e de comprometimento do infrator em adequá-la à lei pertinente ao caso em concreto”.

Logo, depreende-se que a edição de um TAC parte do ajustamento de uma conduta manifestamente ilícita ou de ameaça de lesão a um determinado direito, gerando consequentemente um compromisso firmado pela parte passiva em adequar seu comportamento ao disposto na Lei, sob pena de aplicação das sanções firmadas no próprio termo.

O TAC não é, portanto, medida de cunho legislativo, de tal forma que não possui o condão de proibir a venda ou o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, uma vez que esta atividade não se encontra expressamente proibida pelo Estatuto do Torcedor ou qualquer outra legislação estadual de Santa Catarina. Convém lembrar que, em sede de medidas restritivas de direito, a interpretação da lei deverá ser sempre restrita.

Cotejadas tais informações, é visível que a proibição do consumo de bebidas alcoólicas nas praças desportivas merece, no mínimo, debate mais aprofundado.

Tal qual indica Pearson (2012), o álcool ainda faz parte da cultura do torcedor e fã de esportes, e assim tende a permanecer mesmo com as políticas proibicionistas. Qualquer tentativa de controle do nível de consumo de álcool não pode ser conduzida senão mediante uma política educativa.

A medida que impõe a proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, tal qual posta atualmente, insere-se numa lógica repressiva que, em termos numéricos, não vem logrando êxito junto aos índices de violência registrados. Representa a criminalização de perigos abstratos, tolhendo a liberdade do cidadão em nome de uma política de segurança que não vem se mostrando eficaz em alcançar o que se propõe.

3.2 O DESLOCAMENTO DOS JUIZADOS CRIMINAIS AOS ESTÁDIOS E SUA INOCUIDADE

Tal qual dito no capítulo anterior deste trabalho, a instalação dos Juizados Criminais nos estádios surgiu como uma das medidas implementadas pelo Poder Público com o objetivo de repreender com celeridade e eficiência aqueles que praticam certos atos ilícitos em eventos desportivos e, consequentemente, coibir a prática de tais atos nos estádios de futebol e seus entornos.

Contudo, a contínua ocorrência de episódios violentos nas praças desportivas gera dúvidas quanto a eficácia da instalação de tais juizados no combate ao problema declarado.

Nesse sentido, torna-se premente uma análise crítica destes programas, de forma a avaliar a necessidade e utilidade de sua manutenção nos estádios brasileiros.

Sob o nosso enfoque, essa medida padece de dois problemas principais, a saber: não representam um enfrentamento real das práticas violentas nos eventos esportivos e, sob o pretexto da celeridade, agem em desfavor das garantias individuais.

Em Santa Catarina, o Programa Justiça Presente promoveu o deslocamento dos Juizados Especiais Criminais aos estádios catarinenses desde 12 de julho de 2006, quando da partida entre Figueirense e Santos (SP), válida pela série “A” do Campeonato Brasileiro. Segundo dito pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina no sítio virtual destinado ao Programa²⁰, o mesmo tem por objetivo:

Coibir e sancionar práticas delituosas de menor potencial ofensivo (delitos de menor potencial ofensivo: pena privativa de liberdade de até 2 anos de reclusão - art. 61 da Lei n. 9.099/95), praticadas dentro e no entorno dos estádios de futebol **com a aplicação imediata e no local do fato de sanção (Transação Penal) aos autores dos delitos** (grifo nosso).

Segundo dados oficiais disponíveis no mesmo sítio, é possível averiguar que, desde sua instalação, as ocorrências levadas ao programa com maior frequência envolvem: Porte e uso de drogas, desacato à autoridade, vias de fato, lesões corporais leves, moeda falsa (compra de ingressos com dinheiro falso) e atuação de cambistas (venda de ingressos acima do preço comercializado pelo clube), nesta ordem.

Essa realidade, ao que tudo indica, não é diferente em outras unidades da federação. No Paraná, reportagem publicada em periódico local (Gazeta do Povo, 2011) afirma que a maioria dos atendimentos referem-se a pirataria, tráfico e uso indevido de drogas, desacato, desobediência e vias de fato.

Da mesma forma, em estudo realizado no Rio Grande do Sul, aponta-se que, dos quatrocentos e noventa e dois casos registrados pelos juizados nos estádios de futebol da capital gaúcha entre abril de 2008 e novembro de 2010, trezentos e dez são relativos ao delito de posse de entorpecentes (LAGEMANN, 2010, p. 59).

Dos dados acima, é possível perceber que os Juizados Especiais criminais vem atuando, junto aos estádios, no declarado controle de delitos contra o patrimônio (pirataria, moeda falsa e atuação de cambistas), em desvios de conduta relativos à atividade policial que

²⁰TJSC. Programa Justiça Presente. Disponível em: <<http://www.tjsc.jus.br/institucional/programajusticapresente/programajusticapresente.html>>. Acesso em: 24 maio 2014.

tem por objetivo último a manutenção da autoridade estatal (desacato à autoridade e resistência), e em delitos relacionados ao porte e consumo de entorpecentes.

Ou seja, em nome da suposta celeridade e eficiência na sanção e repressão aos delitos, o controle punitivo é deslocado para as arenas esportivas. Neste âmbito, porém, não possui competência para atuar senão em delitos de menor potencial ofensivo que, a toda evidência, não guardam relação direta e imediata com a prática de atos violentos entre torcedores.

No que concerne especificamente ao caso de porte e consumo de entorpecentes, a questão da periculosidade do uso de drogas no ambiente esportivo, de certa forma, padece dos mesmos mitos ligados à identificação entre o consumo de álcool e violência. A restrição à liberdade individual é imposta em nome de um suposto sentimento de segurança que, diante da escalada dos números expostos até aqui, não parece lograr êxito.

Ante o alto número de ocorrências, é possível afirmar que os Juizados Especiais criminais nos estádios acabam por engendrar o mecanismo da política criminal em matéria de drogas ilícitas, mediante a qual a criminalização primária de certas substâncias (a qual ignora outras de semelhante caráter psicotrópico, tais quais as pertencentes à imensa miríade de drogas farmacológicas da indústria transnacional) garantem também a criminalização secundária de certos indivíduos que acabam sendo o alvo seletivo da atuação policial.

Nas palavras de Enrique García Vitor (2010, p.04), o processo seletivo do sistema penal se acentua com intensidade no âmbito da criminalização secundária na matéria de drogas, de tal forma que os criminalizados são “dado repetido em todos os estudos sobre o tema, os viciados ou pequenos traficantes - geralmente viciados”.

Não obstante, tem-se que o procedimento célere imposto pelos Juizados Especiais Criminais deslocados aos estádios podem representar perigo às garantias individuais dos indivíduos que a ele respondem.

Lagemann (2010), ao realizar estudo acerca do funcionamento dos Juizados Especiais Criminais no estádio Olímpico, em Porto Alegre, desvela um cenário preocupante no que se refere ao procedimento comumente praticado nestes locais quando do atendimento de uma ocorrência.

Segundo o autor, ao chegarem no estádio, os membros do juizado se informam com os policiais se já houve algum delito registrado e quais são eles, sendo-lhes repassados os termos circunstanciados já confeccionados. Recebendo as informações, já existe uma praxe entre eles - juiz, defensor, promotor - sobre a “proposta” de transação para o réu, mesmo que este nunca tenha sido visto ou ouvido. Assim, o juiz ordena ao escrivão que busque no

sistema judiciário informações sobre a vida pregressa do réu. Existem raros casos em que ele já apresenta alguma condenação ou já transacionou há menos de cinco anos, motivos que impediriam a realização de uma proposta. Após toda essa checagem, quando cada um já ocupa seu posto – o juiz ao centro, defensor e promotor frente a frente –, o magistrado ordena que um funcionário encaminhe o primeiro réu até a sala de audiências.

Chegando o réu até a sala do juizado, o seu direito constitucional a uma conversa reservada com seu defensor raramente é observado. Caso apresente primariedade e bons antecedentes, o instituto da transação lhe é proposto, no discurso do juiz como um benefício, sem nem mesmo que possa ser ouvido. Por vezes, aquele réu menos intimidado tenta explicar o que houve, mas como não é atendido, em clara ofensa ao princípio constitucional do contraditório, o “acordo” da transação lhe é imposto. Contrariado, o agora transacionado assina o termo, que já está impresso num documento antes mesmo de sua entrada na sala de audiência.

Em resumo, Lagemann (2010) afirma que, nas audiências que presenciou, os participantes limitaram-se a aplicar a sanção ao réu, promovendo uma audiência em que o defensor não defende, o promotor não promove e o juiz não julga adequadamente.

Desta forma, a celeridade imposta ao feito muitas vezes se traduz em afrontas a muitos dos princípios processuais penais constitucionais, tal qual o do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Vale dizer que a importância do devido processo legal demonstra-se essencial em especial junto aos casos de porte e consumo de entorpecentes, os quais tem, tal qual aludido, sido alguns dos principais clientes dos Juizados Especiais Criminais nos estádios. Isto porque, ao que nos parece, a autuação junto aos artigos. 13-A do EDT e art. 28 da Lei n. 11.343/2006 é deveras complexa para o âmbito dos procedimentos céleres ofertados pelo JECRIM.

No que diz respeito à posse de drogas para consumo pessoal, o artigo 28 da Lei 11.343/06 prevê as seguintes penas:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:
I - advertência sobre os efeitos das drogas;
II - prestação de serviços à comunidade;
III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo (BRASIL, 2006).

A despeito da discussão criminológica necessária ao referido dispositivo, o qual expõe ao sistema penal o consumidor, mediante a falsa premissa de defesa da saúde pública²¹, a própria jurisprudência não tem se demonstrado uniforme com relação à aplicação da previsão do referido art. 28. Parte desta tem afastado a aplicação deste dispositivo, reconhecendo a inconstitucionalidade do mesmo.

No tocante à esta tese, de inconstitucionalidade do art. 28 da Lei 11.343/2006, indica Salo de Carvalho:

Aliados aos argumentos decorrentes do princípio da lesividade e da autonomia individual, os princípios da igualdade e da inviolabilidade da intimidade e da vida privada (art. 5º, X, CR) permitem a densificação da tese da inconstitucionalidade do art. 28 da Lei de Drogas. A ofensa ao princípio da igualdade estaria exposta no momento em que se estabelece distinção de tratamento penal (drogas ilícitas) e não penal (drogas lícitas) para usuários de diferentes substâncias, tendo ambas potencialidade de determinar dependência física ou psíquica. A variabilidade da natureza do ilícito tornaria, portanto, a opção criminalizadora essencialmente moral. Todavia é nos princípios de tutela da intimidade e da vida privada que os argumentos ganham maior relevância. Os direitos à intimidade e à vida privada instrumentalizam em nossa Constituição o postulado da secularização que garante a radical separação entre direito e moral. Neste aspecto, nenhuma norma penal criminalizadora será legítima se intervier nas opções pessoais ou se impuser padrões de comportamento que reforcem concepções morais. A secularização do direito e do processo penal, fruto da recepção constitucional dos valores do pluralismo, da tolerância e do respeito à diversidade, blinda o indivíduo de intervenções indevida na esfera da interioridade. Assim, está garantido ao sujeito a possibilidade de plena resolução sobre os seus atos (autonomia), desde que sua conduta exterior não afete (dano) ou coloque em risco factível (perigo concreto) bens jurídicos de terceiros. Apenas nestes casos (dano ou perigo concreto) haveria intervenção penal legítima (DE CARVALHO, 2013, p. 409-410).

Adotando esse entendimento, colaciona-se, à título exemplificativo:

PENAL. ART. 16 DA LEI 6368/76. AUSENCIA DE LESÃO A BEM JURÍDICO PENALMENTE RELEVANTE. INCONSTITUCIONALIDADE. (UNÂNIME). A Lei anti-tóxicos brasileira é caracterizada por dispositivos viciados nos quais prepondera o “emprego constante de normas penais em branco (...) e de tipos penais abertos, isentos de precisão semântica e dotados de elaborações genéricas” (ver: Salo de Carvalho, A Política Criminal de Drogas no Brasil: do discurso oficial às razões da descriminalização, Rio de Janeiro: Luam, 1997, p. 33-34). - Diante destes dados, tenho como limites ao labor na matéria, a principiologia constitucional impositora de freios à insurgências punitiva estatal. Aqui interessam primordialmente os princípios da dignidade, humanidade (racionalidade e proporcionalidade) e da ofensividade. - No Direito Penal de viés libertário, orientado pela ideologia iluminista, ficam vedadas as punições dirigidas à autolesão (caso em

21 As diretivas das Nações Unidas indicam o controle do consumo e tráfico de drogas como prerrogativas para manutenção da saúde pública. Segundo VITOR (2010), porém, a política criminal em matéria de drogas tem se convertido no meio mais idôneo para lesionar o bem jurídico saúde pública. Nas palavras do autor, “em clara oposição ao que problema, a experiência demonstra que a proibição leva necessariamente à marginalização de uma parcela da população [...] impedindo que sua saúde possa ser adequadamente atendida” (fl. 02). Assim, a verdadeira motivação da proibição do consumo parte de sua função simbólica, atendendo a interesses não mencionados, tais quais os “econômicos dos países centrais consumidores” (VITOR, 2010, p.03).

te-la), crimes impossíveis, atos preparatórios: o direito penal se presta, exclusivamente, à tutela de lesão a bens jurídicos de terceiros. - Prever como delitos fatos dirigidos contra a própria pessoa é resquício de sistemas punitivos pré-modernos. O sistema penal moderno, garantista e democrático não admite crime sem vítima. Repito, a lei não pode punir aquele que contra a própria saúde ou contra a própria vida - bem jurídico maior - atenta: fatos sem lesividade a outrem, punição desproporcional e irracional! - Lições de Eugênio Raul Zaffaroni, Nilo Batista, Vera Malaguti Batista, Rosa del Olmo, Maria Lúcia Karam e Salo de Carvalho.

Apelação Crime nº 70004802740, Quinta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: Amilton Bueno de Carvalho, Julgado em 07/05/2003. 1.- A traficância exige prova concreta, não sendo suficientes, para a comprovação da mercancia, denúncias anônimas de que o acusado seria um traficante. 2.- O artigo 28 da Lei n. 11.343/2006 é inconstitucional. A criminalização primária do porte de entorpecentes para uso próprio é de indisfarçável insustentabilidade jurídico-penal, porque não há tipificação de conduta hábil para produzir lesão que invada os limites da atividade e afronta os princípios da igualdade, da inviolabilidade da intimidade, da vida privada e do respeito à diferença, corolário do princípio da dignidade, albergados pela Constituição Federal e por tratados internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil. (Apelação Criminal nº 01113563.3/0-0000-000,6ª Câmara Criminal do 3º Grupo da Seção Criminal, Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator: José Henrique Rodrigues Torres, julgado em 31/03/2008)

Nesse diapasão, Alexandre Morais da Rosa (2005, p. 217) afirma que “no caso de porte de substâncias tóxicas inexistente crime, porque, ao contrário do que se difunde, o bem jurídico tutelado pelo artigo 16 da Lei n. 6368/76 é a integridade física e não a incolumidade pública”.

Frente à problemática criada para a aplicação do mencionado dispositivo, parece-nos que o direito à ampla defesa, contraditório e ao devido processo legal daqueles levados ao JECRIM dos estádios com fulcro no art. 28 da Lei 11.343/06 encontra-se especialmente vulnerado, vez que a celeridade imposta é incompatível com a complexidade da questão.

Assim, a mobilização de um gigantesco e dispendioso aparato estatal - que envolve juízes, promotores de justiça, defensores públicos e escrivães - para atuar junto a delitos que, a toda evidência, não representam o foco das ocorrências violentas nos estádios, não representa medida proporcional, em especial frente a ofensa que muitas vezes realiza aos direitos individuais.

Ante o exposto, fica evidente que a atuação destes juizados nos estádios de futebol sofre de graves problemas, tanto no que se refere ao procedimento realizado por estes, quanto nos resultados alcançados por tais programas, que se demonstram incapazes de alcançar o declarado objetivo de coibir a violência nos estádios e entornos.

3.3 O IDEAL DO TORCEDOR-CONSUMIDOR E A ELITIZAÇÃO DAS ARQUIBANCADAS

A Lei 9.615/1998 (Lei Pelé), conforme já explanado anteriormente, foi a responsável por introduzir no futebol brasileiro o conceito de torcedor-consumidor, estendendo ao espectador de eventos esportivos os mesmos direitos garantidos aos consumidores através do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

O Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/2003), por sua vez, aprofundou essa equiparação, especificando alguns dos direitos garantidos ao torcedor e estabelecendo diversas normas com o intuito de adequar os estádios brasileiros no que concerne às suas condições de conforto e higiene.

A edição do EDT, portanto, estimulou uma mudança radical nas instalações dos estádios brasileiros.

A obrigatoriedade em se numerar os lugares, disposta no art. 22 do referido Estatuto, fez com que vários clubes colocassem cadeiras por todo o estádio, com a consequente extinção dos setores mais populares, como as famosas “gerais”.

Ainda, as várias disposições do art. 13-A, introduzidas pela Lei 12.299/2010 e que definiram as condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, ensejaram a proibição da entrada de “bandeirões” e fogos de artifício, componentes da festa das arquibancadas.

O próprio art. 18, que prevê a instalação de uma central técnica de informações para monitoramento do público presente, significou um pesado encargo aos clubes de futebol, que repassaram os custos gerados por tal obrigação ao preço dos ingressos cobrados.

Portanto, a suposta garantia de direitos aos torcedores, alçados agora ao patamar de consumidores, não vieram a custo-zero. Muito pelo contrário. As imagens dos estádios na televisão demonstram que seu público mudou radicalmente, assim como o comportamento deste durante os jogos. Tal mudança pode ser observada não somente nos campeonatos nacionais, tornando-se ainda mais evidente nos jogos da Copa do Mundo realizados no Brasil.

Nos últimos anos, tem-se testemunhado um verdadeiro processo de elitização do público presente nos estádios brasileiros, com a consequente exclusão dos torcedores de menor poder aquisitivo destes espaços. Em outras palavras, o futebol se tornou um objeto de consumo, onde o acesso é privilegiado àqueles com maior poder aquisitivo.

Para tomarmos um exemplo do quão dispendiosa tem sido a experiência de frequentar um estádio de futebol, principalmente para as classes mais pobres,

Em Santa Catarina, o Avaí aumentou o valor do seu ingresso em mais de 50% apenas no ano de 2010, com o valor passando de 40,00 reais para 60,00 reais, levando em conta que o salário regional do estado de SC no mesmo ano era de 587,00 reais, um ingresso por mês correspondia a 10,22% do salário mínimo (SCHERER, 2011, p. 41).

A festa das torcidas, nessa mesma esteira, também se viu modificada. As novas restrições impostas aos torcedores, bem como os altos preços decorrentes das adequações estruturais das praças esportivas, impõe aos aficionados uma nova forma de torcer.

Para Luiz Henrique de Toledo (2012, p. 155), essas mudanças representam um “[...] recuo do espaço de expressão, da experimentação torcedora coletivizada”, sendo que a “perda do espaço da rua e da socialidade em troca de racionalismo seguro, asséptico e individualista que se quer imputar à emoção torcedora” estaria, nas palavras do autor, a serviço de “uma agenda política de exclusão simbólica dos torcedores economicamente mais fragilizados” (TOLEDO, 2012, p. 156-157).

A elitização do público presente nos estádios, contudo, não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. A Inglaterra passou por processo semelhante após as tragédias de Heysel e Hillsborough, as quais, conforme já relatado neste trabalho, culminaram com a formulação do Relatório Taylor.

As medidas de segurança adotadas na Inglaterra após a edição deste relatório, não por acaso, assemelham-se em muito às introduzidas pelo Estatuto do Torcedor em nosso país. Trata-se de uma cartilha adotada pelo mundo inteiro, como afirma Santos (2014, p. 10), envolvendo: a colocação de cadeiras em todos os espaços, a diminuição da capacidade dos estádios e a proibição do comportamento efusivo pelos torcedores. O aumento da vigilância interna e externa, com a utilização de câmeras para vigilância do público, também constituiu um ponto central nas reformas introduzidas pelo governo inglês, liderado à época pela neoliberal Margaret Thatcher.

A realização de tantas alterações no espaço dos estádios cobrou seu preço. Segundo Scherer (2011, p. 32), ainda que o Estado inglês tenha concedido recursos na soma de dois milhões de libras esterlinas para cada clube, essa quantia se mostrava irrisória frente a magnitude das exigências. Dessa forma, os clubes viram-se obrigados a encontrar meios para o incremento de suas arrecadações, entre os quais se destacaram a majoração dos preços dos ingressos, a negociação de melhores quotas de transmissão com as emissoras de televisão, e a

adoção do modelo de clube-empresa, pelo qual os clubes ingleses perderam o caráter de associações e constituíram-se em sociedades anônimas.

O discurso oficial das autoridades inglesas, que buscavam legitimar a promoção de tantas mudanças no futebol do país, era o de tornar suas arenas mais seguras e modernas, incentivando as famílias inglesas a frequentarem os jogos. Também nesse tocante, ao que parece, o fenômeno ocorrido na Inglaterra demonstra-se similar ao que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos, em que os meios de comunicação e as autoridades públicas bradam pela volta das famílias aos estádios brasileiros.

O efeito que se viu nos estádios, no entanto, não foi exatamente esse. Ainda que prometam um ambiente mais seguro, estes tornaram-se inacessíveis àqueles que não podem arcar com os altos custos de suas entradas. O preço elevado dos ingressos, portanto, impede que as classes mais populares, quem dirá famílias inteiras, frequentem as praças esportivas. Em virtude disso,

Em poucos anos, a consequência mais visível deste processo de modernização e controle nos estádios tem sido a transformação do perfil de torcedor que assiste ao espetáculo [...]. Neste sentido, o futebol inglês foi pioneiro em instalar o esquema que busca substituir o espectador tradicional pelo o que Patrick Mignon (1998) denominou ‘espectador-consumidor’ (TREJO, 2013, p. 274).

Além de afastar os torcedores menos abastados, o processo de elitização do futebol inglês foi responsável por uma mudança radical na atmosfera dos estádios. Medidas como a colocação de cadeiras por todo o estádio, por exemplo, provocaram uma mudança no comportamento das torcidas. Essas, que antes se caracterizavam por realizar verdadeiras festas nas arquibancadas, através de cantos de incentivo e manifestações efusivas, deram lugar a um modo de agir mais passivo, que parece distante do que acontece dentro das quatro linhas. Explicando essa “teatralização” do público esportivo, Trejo argumenta que

As cadeiras numeradas que obrigam o espectador a permanecer sentado, individualizam o ato de torcer (Lech, 2011) e esfriam o clima festivo próprio das manifestações coletivas. Seguindo essa lógica, os assentos previamente determinados jogam por terra a possibilidade de que um grupo de torcedores possa comparecer ao estádio em conjunto, motivo pelo qual os estádios ingleses adormeceram e deixaram de criar laços sociais arraigados (TREJO, 2013, p. 274-274).

Ante o exposto, vê-se que se de certa forma as medidas de segurança tomadas na Inglaterra alcançaram o objetivo traçado, diminuindo os casos de violência envolvendo os hooligans, estenderam seus efeitos para além da preocupação com a segurança nos jogos de

futebol. Isso porque ocasionaram a exclusão, mediante o encarecimento dos ingressos, de parcelas menos favorecidas da sociedade inglesa, bem como provocaram mudanças no próprio modo de comportamento dos torcedores, transformando o modo de agir próprio da cultura tradicional do futebol britânico em uma experiência cada vez mais controlada e menos popular.

Apesar de terem provocado esses efeitos nefastos sob o futebol inglês, as medidas de segurança lá adotadas foram exportadas para todo o globo como a única forma de lidar com o problema da violência ligada ao esporte. Esse processo, no entanto, não pode ser entendido sem a compreensão de outro fator: o sucesso econômico alcançado pelos clubes ingleses após as mudanças introduzidas.

Ao atrair um público consumidor com maior poder aquisitivo, a Liga Inglesa tornou-se uma das mais rentáveis do mundo, alcançando projeção internacional. Outros países, também interessados nesse lucrativo negócio, não demoraram a aderir a este ideal, que envolve a remodelação arquitetônica das arenas esportivas e o foco no torcedor-consumidor.

Durante a década de 1990 e em diante, a FIFA, bem como a UEFA, tornou obrigatório que todos os estádios que recebam seus eventos esportivos obedeçam a esse padrão, com a existência de cadeiras em todos os setores (all-seater). O “Padrão FIFA” – como ficou conhecido popularmente – impede que qualquer torcedor assista aos jogos em pé, sob a alegação de que tal medida garante maior segurança no controle da multidão. Percebe-se nesse discurso a vontade da FIFA, entidade máxima do futebol internacional, “em produzir um espetáculo cada vez mais limpo, comportado e harmonioso”, assim “esquecendo totalmente as características das arquibancadas, que são espaços de expressões corporais, cânticos e manifestações de liberdade por parte dos torcedores” (SCHERER, 2011, p. 33).

O Estatuto do Torcedor, no ano de 2003, confirmou o Padrão FIFA para os clubes brasileiros. A partir dele, o processo de modernização, e consequente elitização, dos estádios iniciou-se de forma ainda tímida. Nesse sentido,

mesmo sem construir grandes Arenas, já se tinham as repetidas reformas de estádios públicos como o Maracanã e o Pacaembu, assim como de estádios pertencentes a clubes de grande relevância, como o Morumbi, o São Januário e o Beira-Rio. Todos esses excluíram os setores populares e substituíram o cimento da arquibancada pelas cadeiras de plástico como justificativa para o aumento do valor dos ingressos (SANTOS, 2014, p. 10).

Ainda que os efeitos já tenham sido percebidos desde esse primeiro momento, com a escalada dos preços dos ingressos, todo esse fenômeno encontrou um catalisador a partir da

nomeação do país para sediar a Copa do Mundo de 2014, marcando a invasão do “Padrão FIFA” nos estádios brasileiros.

A despeito do caos organizacional que envolveu suas construções (algumas ainda inacabadas), doze novas arenas foram erguidas nas cidades designadas como sede do evento. Além destas, clubes como Grêmio e Palmeiras também aderiram ao movimento de “arenização”.

Ainda que ignoremos a discussão acerca da utilidade de algumas das arenas construídas, principalmente daquelas construídas em cidades sem clubes de expressão no cenário nacional (Cuiabá e Manaus, por exemplo), chama a atenção os contratos que envolvem a gestão destes novos espaços. O “Padrão FIFA”, além das condições envolvendo a estrutura dos locais que recebem seus eventos, também exige que estes sejam geridos pela iniciativa privada ou, no máximo, através de Parceria Público-Privada.

Conforme aponta Santos (2014, p.12), essa nova realidade introduz um elemento novo no cenário futebolístico brasileiro, que é o das concessionárias, ou gestoras, das arenas esportivas. A fim de garantir lucro através de seus investimentos, essas buscam atrair aquele público capacitado a consumir os mais variados serviços oferecidos dentro das praças desportivas, os quais envolvem agora não apenas o jogo de futebol, mas todo um complexo de restaurantes, cinemas e outros estabelecimentos comerciais:

Sendo assim, os estádios não serão mais pensados a partir daqueles que os frequentam – a torcida – mas serão construídos ou remodelados a partir das exigências do mercado e do consumidor. Como proclamam os dirigentes atuais, o torcedor tradicional tornou-se uma figura dispensável, pois o que se busca agora são consumidores, que vejam o espetáculo futebolístico como mais um produto a ser adquirido e desfrutado em uma tarde de fim-de-semana passada no moderno shopping-estádio (HOLZMEISTER, 2005, p.114).

Resta claro, portanto, que muitas das chamadas medidas de segurança introduzidas nos estádios a partir do final da década de 1980 não visam apenas coibir a prática de atos violentos, e sim torná-los espaços mais agradáveis a uma classe específica de torcedores que, dentro da lógica imperante no futebol-negócio, mostra-se economicamente mais atrativa aos investidores do esporte.

Os efeitos desse processo surgem através da exclusão daqueles torcedores mais humildes, afastados pelos altos custos que envolvem a presença em uma partida, além da própria mudança no comportamento do público presente nas novas arenas, que em muito difere-se das populares festas das arquibancadas.

Alguns focos de resistência tem surgido, tanto na Inglaterra como no Brasil, no questionamento a esse processo de elitização imposto por entidades como a FIFA e o próprio Poder Público. No país de origem do futebol,

A Federation of Supporters Association (FSA) criada logo após do drama de Heysel, é crítica da violência e do governo, e se opõe a qualquer forma de violência no esporte. Também há um aumento considerável de associações de torcedores orientadas a intervir no cotidiano dos clubes. Na medida que os clubes converteram-se em empresas controladas por acionistas que deixam de lado qualquer participação civil, essas associações fazem ouvir sua voz de descontentamento frente a questões como o preço dos ingressos, a política de contratação de jogadores ou a mudança eventual dos torcedores do clube (TREJO, 2013, p. 275).

No Brasil, por sua vez, movimentos como a “Frente Nacional de Torcedores”²², ou representantes da mídia independente, como o blog Impedimento²³, notabilizaram-se na defesa do futebol como um espaço democrático, em que deve ser garantida a existência de setores populares nas praças esportivas, bem como a preservação da cultura brasileira e sul-americana no modo de torcer.

3.4 A POLÍTICA BRASILEIRA DE SEGURANÇA NOS ESTÁDIOS – CRIMINALIZAÇÃO E REPRESSÃO

Após realizar um levantamento dos dispositivos do Estatuto do Torcedor que podem ser considerados parte da política de segurança implementada nos estádios brasileiros, tecemos, até aqui, três questionamentos principais.

O primeiro deles se referiu à proibição do consumo e venda de bebidas alcoólicas nos estádios. Verificou-se que tal medida calca-se sob o senso comum de que o álcool incita a violência. Embora inexista consenso sobre tal relação, o Estado achou por bem impor uma política repressiva e de resultados duvidosos.

Em seguida, discutiu-se o deslocamento dos Juizados Especiais Criminais aos estádios, medida que, ao combater delitos de menor vulto - em especial, o porte e consumo de entorpecentes - não age sob a raiz do problema da violência nos estádios. Embora não atinja

²² Cf. www.frentedostorcedores.com.br. Acesso em 23 de março de 2014.

²³ Cf. www.impedimento.org. Acesso em 23 de março de 2014.

seu objetivo declarado de forma eficiente, os JECRIMs engendram a lógica criminalizante que capitaneia a guerra às drogas no país.

No momento seguinte, discutiu-se como a lógica confirmada pelo EDT, de equiparação entre torcedor e consumidor, alimenta o processo de elitização dos estádios, tornando o acesso cada vez mais caro e impondo uma forma de torcer que transforma esses ambientes em um produto de consumo mais apazível àqueles que detem maior poder econômico, em detrimento das classes populares.

Não é coincidência que estas três reflexões mantenham, de alguma forma, relação com a última discussão que pretendemos travar no presente trabalho: a criminalização das torcidas organizadas.

Analisando-se o Estatuto de Defesa do Torcedor, percebe-se que o art. 2-A estabelece uma definição de torcida organizada, regulando também a obrigatoriedade em se manter um cadastro atualizado dos membros que a constituem. Para a Lei, as torcidas organizadas são “pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade”.

Os art. 39-A e 39-B, por sua vez, encarregam-se de estabelecer penalidades civis e administrativas a essas entidades:

Art. 39-A. A torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto; praticar ou incitar a violência; ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até 3 (três) anos.

Art. 39-B. A torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento. (BRASIL, 2010)

Ambos, portanto, estabelecem penalidades às torcidas organizadas, encaradas aqui como um grupo homogêneo. Enquanto o segundo dispositivo trata da esfera de reparação de danos, o primeiro cuida de impor o banimento da torcida organizada que, tendo incorrido em uma das práticas mencionadas, pode ser impedida de adentrar às praças desportivas por até três anos.

Tal qual indica Gomes et al (2011, p.106), a punição prevista pelo art. 39-A pode ser imposta sem prejuízo da sanção penal cabível, vez que estas mesmas condutas também configuram crime, nos termos do art. 41-B da mesma lei.

Mencionado dispositivo criou, assim, o que se pode chamar de responsabilidade objetiva das torcidas organizadas, pois pune o sujeito unicamente por fazer parte de alguma

destas, independentemente de sua efetiva participação em evento violento no qual outros membros possam ter se envolvido.

Nesse sentido, ao tornar como alvo a totalidade de seus indivíduos, parece confirmar a ideia - amplamente divulgada pela mídia - de que as torcidas organizadas são grupos de pessoas cuja filiação pressupõe a realização de atos violentos.

Interessante, neste tocante, anotar que o deputado Zezé Perrella, ao relatar o projeto de lei que deu origem ao diploma legal em análise, disse que:

[...] torcida organizada tem conotação pejorativa. É a torcida que, segundo recentemente observou um atleta brasileiro que joga na Iugoslávia, não torce a favor de um time, mas torce contra outras torcidas, predispondo os filiados à briga e à agressão física e comprometendo a boa ordem e a segurança dentro e fora dos estádios (apud Gomes et al, 2011, p.104).

Pesquisa realizada pela Stochos Sports & Entertainment, publicada pelo Jornal Estadão (2013), diz que 84,5% dos brasileiros consideram as torcidas organizadas responsáveis pela violência nos estádios. O discurso da mídia e do senso comum se retroalimentam na produção de estereótipos relacionados a esses grupos e conseqüentemente acabam por informar também o discurso oficial. Nesse sentido, a mencionada fala do deputado ilustra não somente o senso comum sobre os torcedores organizados, mas também a apropriação de tal discurso que tem sido operada pelo Poder Público.

Nestes, engendra-se a presunção absoluta de que todo membro de torcida organizada é, necessariamente, um provocador de tumultos. Esquece-se assim que, a toda evidência, tal qual abordado no primeiro capítulo, as torcidas organizadas nasceram sob o manto constitucional da plena liberdade de associação com o escopo de apoiar o seu time, fazendo parte da cultura do futebol nacional.

A tendência a culpar essas torcidas pela violência nos estádios explicita-se em várias instâncias do discurso oficial.

Se as previsões confirmadas no EDT tornam as torcidas organizadas um alvo da política de segurança nos estádios, houveram tentativas explícitas de dissolução destes grupos.

O Deputado Wagner Rubinelli propôs o projeto de Lei 10.671/003, o qual dispunha que “fica proibido o acesso de torcidas organizadas aos locais onde são realizados eventos esportivos”.

Na mesma esteira, o Ministério Público do Estado de São Paulo intentou diversas ações com o objetivo de promover a dissolução de algumas torcidas organizadas. Da inicial

da ação judicial cujo fito era a dissolução da Gaviões da Fiel (Processo Nº 583.00.1997.547856-1), subscrita pelos promotores Fernando Capez e Nilo Salgado Filho, convém mencionar excerto que afirma que “Atualmente, a organização das torcidas para a difusão da violência, dentro e fora dos estádios, assumiu proporções alarmantes, e, conforme será demonstrado, em alguns casos, assemelha-se, embora em grau muito menor, à organicidade das sociedades ilícitas italianas” (MPSP, 1997).

Em 2013, O Ministério Público de São Paulo novamente ajuizou ação na qual pedia a extinção da Gaviões da Fiel, por força do descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em julho de 2011, no qual a agremiação se comprometia a não se envolver em atos de violência como brigas, tumultos ou qualquer outro que, de qualquer maneira, colocasse em risco a ordem pública. Na ação, o MPSC pede a dissolução da torcida organizada a fim de “garantir a segurança e sossego públicos”, e continua:

[...] uma vez que a houve o desvirtuamento de suas finalidades, sendo ela utilizada para a promoção de atos e práticas ilícitas, inclusive ilícitos penais, com a ocorrência de atos de violência e tumultos a ela relacionados, causando enormes danos à sociedade, **gerando a sensação de falta de segurança**, dentro e fora dos estádios (MPSC, 2013- grifo nosso).

Assim, partindo, tal qual Sustas (2013, p. 354), da ideia de que “as leis são expressão formalizadas do ponto de vista estatal, e que, como assinala Pierre Bordieu (1988), o Estado expressa o sentido comum dominante”, a análise da legislação atinente às torcidas organizadas, bem como do discurso oficial dos órgãos do Estado, demonstra a clara tendência de culpar estes grupos pela falta de segurança nos estádios, criminalizando-os sob o rótulo de indesejáveis aos espaços desportivos sadios.

Inicialmente, cabe aqui indicar que, mais uma vez, as medidas trazidas pelas autoridades brasileiras encontram sua origem no modelo inglês, criado no final da década de 1980 para o combate aos hooligans.

Os ingleses calcaram sua política de segurança no mapeamento de torcedores de risco, introduzindo a ideia das banning orders, as quais impedem a entrada de torcedores identificados como violentos nos estádios. Além disso, apoiaram-se fortemente na utilização de câmeras de vigilância para controle e monitoramento dos espectadores do evento esportivo.

O modelo inglês, no entanto, também encontrou o mérito de observar a necessidade de se impor um elemento que não o policial no diálogo com os torcedores. Criou, assim, os

stewards, civis responsáveis por receber e orientar os torcedores nos estádios. Ainda assim, manteve o policiamento ostensivo nos estádios. Nesse sentido, observa Marcos Alvito:

Mesmo fugindo do antigo modelo militarizado de policiamento, em que o torcedor era encarado como um “animal” e tratado de forma correspondente, a proposta inglesa ainda é basicamente repressiva e reativa. Além do frequente desrespeito aos direitos individuais, este modelo não é preventivo e nada faz para atacar e debelar as causas do fenômeno (ALVITO, 2014 p. 39).

Da mesma forma, o modelo brasileiro é, sobretudo, repressivo. Como tal, não age de forma a atacar as raízes do problema, mas a estancar os danos que surgem a partir deste. Este modelo é marcado, sobretudo, pela militarização das praças desportivas mediante o ostensivo - e virulento – policiamento. Eis que, “na medida em que o olhar sobre a violência no futebol criminaliza o problema, a polícia se torna um ator central na definição dos modos de intervenção nos estádios” (ULIANA; GODIO, p. 313- tradução nossa²⁴)

Cumprir ainda relacionar os dispositivos que mencionam expressamente as torcidas organizadas às outras medidas de segurança impostas.

Em especial, no que concerne ao uso ostensivo de câmeras e dispositivos de segurança nas praças esportivas, o objetivo que se busca é bem claro: estabelecer através da incorporação da tecnologia um controle mais eficaz sobre os corpos. Essa ampla vigilância marca por parte da política de segurança a ideia da existência de práticas ilegais pelos torcedores, enquanto esses são sempre vistos como sujeitos perigosos. Logo:

A concepção da violência que estas medidas supõem é homogênea, pois não distingue entre níveis, situações ou sujeitos, todo espectador de futebol é potencialmente violento e constitui um problema, por isso deve ser vigiado antes, durante e logo depois da partida, e disciplinado constantemente a partir do controle e da proibição e regulação que este tipo de legislação impõe sob a prática dos torcedores (SUSTAS, p. 369).

O ambiente esportivo, dessa forma, assemelha-se ao cárcere, em uma comparação que não ajuda a transmitir qualquer sensação de segurança aos torcedores. A militarização dos estádios de futebol, com as práticas de controle permanente a que são submetidos os espectadores, não tem contribuído para minorar o problema da violência, e sim colaborado para a construção do imaginário social dos estádios enquanto espaços de violência (SUSTAS, p.352).

²⁴ En la medida en que la mirada sobre la violencia en el fútbol criminaliza el problema, la policía se vuelve un actor central en la definición de los modos de intervención en los estadios (ULIANA; GODIO, 2013, p. 313)

Consequentemente, tal qual indica Sustas (2013, p.373) na análise do contexto argentino, as repercussões políticas e midiáticas de eventos violentos incentivam a criação de uma série de mecanismos e medidas improvisadas. Esses não fazem nada senão reproduzir as relações de violência no futebol, onde a complexidade da questão é deixada de lado em prol da reatividade. Ao mesmo tempo, essas formas de compreensão e intervenção levantadas aqui expressam um esquema ideológico definido: a ideia de que as torcidas devem ser controladas permanentemente, em virtude de sua natureza violenta.

Segundo Anastassia Tsoukala (2014, p. 28), essas medidas mostram-se insuficientes em diversos aspectos. Em primeiro lugar, a autora enxerga um agravamento do fenômeno da violência após sua implementação, pois “lutar contra os sintomas sem querer tratar também das causas desta violência levou, então, ao deslocamento espaço temporal dos incidentes”, uma vez que “os torcedores não modificavam seu comportamento, mas buscavam agir longe do olhar dos agentes de controle social”.

De mais a mais, a lógica repressiva pauta-se em um ideal criminalizante, mediante o qual é necessário, declaradamente, controlar a todos. Na prática, porém, acaba-se por responsabilizar e etiquetar uma parcela dos torcedores, aos quais se impõe a lógica do banimento, que não é, senão, a lógica da exclusão. Conforme indica Sustas (2013, p. 363, tradução nossa), portanto, “responsabilizar, etiquetar condutas e nominar infratores para logo expulsá-los do futebol é a lógica sobre a qual se opera a exclusão social no âmbito do futebol²⁵”.

Em outras palavras:

Predomina nas medidas de segurança uma visão expulsiva dos elementos (torcedores) considerados nocivos, essa expulsão, material e real se realiza a partir de uma construção criminalizada dos sujeitos e se executa a partir de elementos legais (ULIANA; GODIO, 2012, p. 307)

Sob a ótica da criminalização dos sujeitos, o alvo principal dos organismos de controle tem sido, declaradamente, as torcidas organizadas. Desta forma, no entendimento de Tsoukalas (2012, p.26), convém lembrar que a constante observação de um grupo determinado ocorre como parte integrante de um processo de confirmação circular da suspeita:

²⁵ Responsabilizar, etiquetar conductas y nominar infractores para luego expulsarlos del fútbol es la lógica sobre la cual opera la exclusion social en el ámbito de fútbol (SUSTAS, 2012, p. 363)

[...] uma vez exposto aos olhos do aparelho de controle social, o grupo escolhido só pode, logicamente, apresentar comportamentos desviantes, ou até delinquentes, que até então, como se passa em qualquer outro grupo social, passavam despercebidos – confirmando assim as suspeitas iniciais e legitimando exigências de extensão dos dispositivos de vigilância (TSOUKALAS, 2012, p. 26)

A criminalização das torcidas organizadas assim, ocorre, em um primeiro momento, com a edição de leis que, confirmando o senso comum a seu respeito, contribuem para a sua estigmatização e dão azo legal ao seu banimento. Em um segundo momento, opera-se mediante a ação seletiva dos entes punitivos estatais, vez que tais grupos tornaram-se alvos da atividade policial nos estádios e entornos.

Não se espera, aqui, negar que torcedores organizados, de fato, envolvem-se repetidamente em eventos violentos e que algumas destas torcidas, tal qual aludido no primeiro capítulo, engendram uma lógica de intolerância declarada, inclusive, por seus próprios líderes. No entanto, entendemos que uma política repressiva pautada na eleição de tais grupos como inimigos sociais, dissociada de qualquer medida educativa que vise estabelecer um diálogo que não os trate enquanto “outro”, não logra êxito em evitar atos violentos, e quando muito apenas afastam essas ocorrências para outros espaços, onde continuam acontecendo de forma tão ou mais violenta quanto antes.

Existem países, no entanto, que tem se colocado na contramão desse modelo repressivo e criminalizante, constituindo alternativas possíveis à política de segurança vigente em nosso país.

Os holandeses, nesse sentido, adotaram o ideal da gestão policial “amigável, mas rígida”. Esse tipo de abordagem, conforme aponta a pesquisadora Anastassia Tsoukala (2014, p. 30), parte da constatação de que os incidentes de violência são desencadeados, primordialmente, por falhas organizacionais. Essas influenciam o comportamento do público que, inicialmente pacífico, mostra-se responsivo a demonstrações de falta de respeito e hostilidades.

Por isso, o objetivo desse modelo é a criação de um ambiente positivo, rejeitando a utilização de um policiamento ostensivo ou qualquer lógica de confrontação. Estrutura-se em torno da sociabilidade e da fraca visibilidade das forças de ordem no espaço público, apresentando a vantagem de devolver aos estádios uma atmosfera de liberdade e respeito ao cidadão. Esse modelo já foi aplicado nas Eurocopas de 2000 e 2004, conquistando bons resultados.

A Bélgica, da mesma forma, seguiu um caminho próprio no que concerne ao tratamento dado aos torcedores pegos em atos de violência. Ao invés de simplesmente

criminalizá-los, os belgas dedicaram-se a criar programas educativos, que visam o acompanhamento social desses grupos. Dessa forma,

Diferente do caso inglês, onde se decidiu pela exclusão dos denominados hooligans dos estádios de futebol, a Bélgica recusou o caminho da estigmatização de seus grupos mais radicais, privilegiando o esforço pela inclusão das partes na resolução de um conflito complexo. A maneira de enfrentar as tensões passou então pela criação de laços estreitos entre torcedores e clubes, mais do que pela ruptura dos mesmo como ocorreu na Inglaterra (TREJO; MURZI, 2013, p. 279)²⁶

O sucesso dessas medidas, que lograram êxito em diminuir consideravelmente os casos de violência no futebol belga, não passou despercebido, tendo França e Alemanha inspirado-se em tal iniciativa no desenvolvimento de suas políticas públicas.

Para não citarmos apenas exemplos europeus, convém destacar um caso latino-americano: A Colômbia tem alcançado destaque com a adoção de medidas de prevenção à violência e fortalecimento dos laços com os grupos de torcedores.

Neste país, o projeto “Goles en Paz”, desenvolvido pela prefeitura de Bogotá, foi construído através de motivação diferente daquela que visa perseguir e estigmatizar os torcedores, mas com o reconhecimento pelo Poder Público de que a responsabilidade pela segurança é de todos os envolvidos no espetáculo (BUSTOS; RODRIGUEZ, 2013, p. 254). Editou-se assim o Decreto 164 de maio de 2004, o qual estabelece a elaboração de campanhas de prevenção da violência e fortalecimento da convivência e garante às barra bravas - equivalentes às torcidas organizadas brasileiras - seus direitos enquanto grupos. Para Bustos e Rodriguez (2013), tal decreto busca múltiplas e variadas formas de prevenção da agressividade associada ao enfrentamento entre torcidas, estimulando experiências que busquem entender o fenômeno e seus protagonistas como sujeitos de direito e cidadãos com uma realidade cultural específica, sendo, sobretudo, parte importante da cultura do futebol.

Para os mesmos autores, o mencionado decreto e o projeto “Goles en Paz” representam passo importante ao reconhecer que somente a edição de regras não é capaz de enfrentar o problema da violência e enfrentamento entre torcidas. Uma política coerente, deve pautar-se no diálogo, o qual representa o oposto à “negação clandestina” (BUSTOS; RODRIGUEZ, p.255).

²⁶ A diferencia del caso inglés donde se decidió la exclusión de los denominados hooligans de los estadios de fútbol, Bélgica rechazó el camino de la estigmatización de sus grupos más radicales, privilegiando el esfuerzo de inclusión de partes en la resolución de un conflicto complejo. La manera de afrontar las tensiones pasó entonces por la creación de lazos estrechos entre aficionados y clubes más que en la ruptura de los mismos como ocurrió en Inglaterra (TREJO; MURZI, 2013, p. 279).

Após a adoção das mencionadas medidas legais, foram firmados, em 2005, diversos protocolos de segurança, elaborados com a participação de entidades públicas e também de membros das barras. Editou-se, da mesma forma, a Lei 1.270 de 2009, que criou a “Comisión Nacional para la Seguridad, Comodidad y Convivencia en el Fútbol”, a qual reconheceu a necessidade de debruçar-se sobre as realidades próprias do contexto esportivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho partiu da reflexão de que, diante do número de ocorrências violentas ligadas ao futebol, torna-se premente a necessidade de se discutir o modelo de segurança atualmente adotado nos estádios.

Não é demais alegarmos que a ausência de um debate consistente, amplo e complexo sobre a política de segurança empregada nos estádios brasileiros, bem como de suas consequências e contradições, vem agindo negativamente sobre as praças desportivas e sobre a própria forma de se viver o futebol.

Adotando um enfoque específico, buscou-se verificar se os instrumentos jurídicos atualmente relacionados à segurança nos estádios brasileiros alcançam seu objetivo declarado, qual seja, o de reduzir a ocorrência de atos violentos ligados ao esporte.

Sob a ideia de que a compreensão desse fenômeno não pode ser operada senão mediante uma ampla leitura, que contemple as particularidades relacionadas à prática desportiva e ao ato de torcer, procuramos primeiramente traçar um panorama de estudos provenientes de diversas áreas do conhecimento, as quais também tem se debruçado sobre as raízes dessa questão.

Em seguida, também em caráter introdutório, tecemos considerações sobre o modelo inglês, implementado a partir do Relatório Taylor, o qual, por seu turno, originou-se da tragédia ocorrida em Hillsborough, onde noventa e seis torcedores do Liverpool morreram pisoteados e outros setecentos e sessenta e seis ficaram feridos. Partindo da realidade que enfrentou os problemas ligados ao hooliganismo, lançamos olhos sobre a questão das torcidas organizadas, contextualizando historicamente aquelas que são comumente apontadas como as principais causadoras de tumultos no futebol brasileiro.

Posteriormente, no segundo capítulo da obra, fizemos um levantamento dos dispositivos do Estatuto do Torcedor que podem ser considerados parte da política de segurança implementada nos estádios brasileiros. A mera leitura de tal diploma demonstra a importância atribuída às questões relativas a segurança dos torcedores e à contenção da violência, vez que são objeto direta ou indiretamente de dezesseis dos quarenta e cinco artigos presentes na Lei.

Todas essas informações lançaram a base para que pudéssemos promover, já na terceira parte desta monografia, a análise das consequências práticas e contradições das medidas oficiais de combate à violência nos estádios, subsidiadas pela regulação legal desses

espaços.

A primeira discussão referiu-se à proibição do consumo e venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

Verificou-se que tal medida, antes de mais nada, tem sua confirmação legal questionada, eis que, nas unidades da federação que não possuem legislação proibitiva específica, impera o texto do art. 13-A do EDT, o qual não menciona as bebidas alcoólicas expressamente. No caso de Santa Catarina, a proibição é imposta, segundo o Ministério Público do Estado, por força de Termo de Ajustamento de Conduta, o qual, a todo crer, frente à inexistência de ilicitude certa, não possui o condão para promover tal restrição.

De mais a mais, o brado para adoção dessa medida calca-se sob o senso comum de que o álcool incita a violência. Embora inexista consenso sobre tal relação, o Estado achou por bem tolher a liberdade individual dos torcedores, impondo uma política proibitiva e repressiva de resultados duvidosos. Pauta-se, ademais, como uma proibição meramente formal, vez que o consumo de bebidas alcólicas antes das partidas persiste, e não são poucos os indivíduos que já adentram os estádios alcoolizados. Não fosse suficiente a duvidosa existência de efeitos práticos, estudos apontam que, em verdade, a proibição pode gerar efeitos negativos, pois faz com que os indivíduos reunidos para beber antes das partidas entrem mais tarde nos estádios, dificultando a organização (inclusive com relação à revista destes torcedores) e promovendo tumultos.

A edição da chamada Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012), ao permitir o consumo e venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo, parece demonstrar a esquizofrenia dessa política proibitiva, embora seja difícil dizer se a FIFA abre mão de uma medida importante de segurança em nome do lucro ou se, em verdade, reconhece a questionável importância desta ordem de proibições na garantia de segurança dos torcedores.

Em seguida, discutiu-se a criação de programas que visam o deslocamento dos Juizados Especiais Criminais aos estádios. Verificou-se, através de levantamentos de dados, que os delitos mais comumente levados aos JECRIMs são aqueles de menor potencial ofensivo contra o patrimônio (pirataria, moeda falsa e atuação de cambistas), em desvios de conduta relativos à atividade policial que tem por objetivo último a manutenção da autoridade estatal (desacato à autoridade e resistência), bem como delitos relacionados ao porte e consumo de entorpecentes.

Nesse sentido, nos parece que, ao combater delitos de menor vulto - em especial, o porte e consumo de entorpecentes - não age sob a raiz do problema da violência nos estádios. Porém, embora não atinja seu objetivo declarado de forma eficiente, esses programas

engendram a lógica criminalizante que capitaneia a guerra às drogas no país.

Ademais, os JECRIMs são levados aos estádios dentro da lógica da celeridade e eficiência, signos que, muitas vezes, acabam por se sobrepor à garantia de direitos como a ampla defesa e ao contraditório.

Ainda, consideramos que frente à problemática criada para a aplicação do art. 28 da Lei 11.343/06, parece-nos que o direito à ampla defesa, contraditório e ao devido processo legal daqueles levados ao JECRIM pelo porte e consumo de entorpecentes (grande parcela da clientela dessa jurisdição) encontra-se especialmente vulnerado, vez que a celeridade imposta é incompatível com a complexidade da questão.

Assim, concluímos que a mobilização de um gigantesco e dispendioso aparato estatal - que envolve juízes, promotores de justiça, defensores públicos e escrivães - para atuar junto a delitos que, a toda evidência, não são foco das ocorrências violentas nos estádios, demonstra-se como uma medida desproporcional, em especial frente à vulnerabilidade que representa aos direitos individuais.

No momento seguinte, buscou-se discutir a lógica confirmada pelo EDT de equiparação entre as figuras do torcedor e do consumidor. Conquanto tenha o objetivo de resguardar os direitos do torcedor, os efeitos desse processo tem se manifestado através da exclusão daqueles espectadores mais humildes, afastados pelos altos custos que envolvem a presença em uma partida, além da própria mudança no comportamento do público presente nas novas arenas, que em muito difere-se das populares festas das arquibancadas.

Nesse sentido, embora seja necessário prover aos torcedores instalações seguras e confortáveis, é importante que tais medidas não signifiquem a exclusão daqueles com menor poder aquisitivo dos estádios. Em outras palavras, não se busca aqui criticar as reformas nos estádios ou mesmo a criação de espaços onde os ingressos tenham preços mais elevados, mas sim o procedimento de “arenização” mediante o qual a única opção de acesso tem preços inacessíveis à ampla maioria dos torcedores.

Por fim, não é coincidência que estas três reflexões mantenham, de alguma forma, relação com a última discussão que travamos no presente trabalho: o modelo atual de controle da violência nos estádios, representado tanto pelos discursos oficiais sobre a questão quanto pela legislação que regula as medidas cabíveis, promove a criminalização das torcidas organizadas, vistas como responsáveis pela transformação dos estádios em ambientes violentos. Recentes iniciativas, inclusive, tentaram promover a dissolução de tais grupos, à exemplo do projeto de Lei que proibia a existência de tais agremiações e das Ações Cíveis Públicas intentadas pelo Ministério Público de São Paulo para dissolução da Gaviões da Fiel.

Noutros termos, o discurso da mídia e do senso comum se retroalimentam na produção de estereótipos sobre as torcidas organizadas, e consequentemente acabam por informar também o discurso oficial. Neste, como confirmam os artigos 39-A e 39-B do EDT, engendra-se a presunção absoluta de que todo membro de torcida organizada é, necessariamente, um provocador de tumultos. Esquece-se assim que, a toda evidência, as torcidas organizadas nasceram sob o manto constitucional da plena liberdade de associação com o escopo de apoiar o seu time.

A análise dos dispositivos que dispõem sobre o controle da violência relacionada ao esporte indica que o modelo brasileiro é, sobretudo, repressivo e de controle sobre os corpos. Como tal, não age de forma a atacar as raízes do problema, mas a estancar os danos que surgem. Este modelo repressivo é marcado, sobretudo, pela militarização das praças desportivas mediante o ostensivo - e virulento - policiamento.

Assim, a criminalização das torcidas organizadas ocorre, em um primeiro momento, com a edição de leis que, confirmando o senso comum a seu respeito, contribuem para a sua estigmatização e dão azo legal ao seu banimento. Em um segundo momento, opera-se mediante a ação seletiva dos entes punitivos estatais, vez que tais grupos tornaram-se os principais alvos da atividade policial nos estádios e seus entornos.

Não se espera, contudo, afirmar que torcedores organizados não se envolvem em episódios violentos, mas sim que a política repressiva que é a eles imposta não suprime tais ocorrências, quando muito as desloca para áreas de menor policiamento ostensivo, alijadas econômica e socialmente.

Os modelos ofertados por Holanda, Bélgica e Colômbia, mencionados no terceiro capítulo do trabalho, nos apontam a necessidade de que o problema receba um tratamento diferente, capaz de manter o diálogo com as torcidas organizadas, e não com o tratamento das mesmas como inimigos sociais.

A análise conjunta destes quatro pontos nevrálgicos apontados nos indicam que o modelo repressivo de controle permanente atualmente implementado nas praças desportivas brasileiras, e confirmado pelo EDT, não tem contribuído substancialmente para minorar o problema da violência. Mas, como consequência, tem colaborado para a construção do imaginário social dos estádios enquanto espaços violentos, alimentando também uma lógica sectária de higienização do ambiente desportivo.

As principais medidas tomadas para conter a violência, portanto, nos parecem incapazes de atingir o seu objetivo declarado e acabam por engendrar-se dentro de uma “cultura do medo”, onde as soluções criadas são dotadas de eficiência tão imaginária quanto o

problema que visam solucionar. Em outras palavras, o declarado desejo é promover o sentimento coletivo de segurança, conquanto a eficácia pareça ser, reversamente, estimular o medo.

Concluimos que as medidas e dispositivos de controle postos em prática no Brasil tem se constituído majoritariamente enquanto respostas reativas de caráter repressivo frente a eventos pontuais – em especial os amplamente divulgados pela mídia – mais do que planos integrais que busquem prevenir a violência a médio e longo prazo, enquanto fenômeno complexo que é.

Nesse sentido, acreditamos que, diante do papel do futebol na própria cultura nacional, é preciso promover um amplo debate que comece por questionar, sobretudo, qual o tipo de espetáculo futebolístico queremos.

O desafio é criar um sistema brasileiro que enfrente as realidades locais, considerando desde os interesses relacionados ao poderio econômico e político de dirigentes, passando pelas desigualdades sociais entre torcedores e as causas que levam algum destes a cometerem atos violentos. Trata-se, portanto, da necessidade de realizar-se de uma reflexão profunda e democrática, capaz de dar vida a uma política sobretudo preventiva, em detrimento à imposição unilateral de medidas repressivas que são incapazes de pensar o problema em sua complexidade.

Não se trata de um desafio pequeno, especialmente frente à mercantilização do futebol e a força das leis de mercado. Porém, também não é pequena a paixão que nutrem torcedores – organizados ou não – pelo esporte. A lógica a reger uma legislação atinente à matéria, portanto, deve ser a da inclusão democrática e do diálogo, estimulando práticas saudáveis da torcida e reconhecendo no futebol o seu particular potencial para representar, frente à uma sociedade fortemente individualista, um espaço de convivência coletivo.

REFERÊNCIAS

ALABARCES, Pablo. La violencia, la academia y el fracaso. In: ZUCAL, José Garriga (comp.). **Violencia en el fútbol: Investigaciones sociales y fracasos políticos**. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2013, pp. 21-38.

ALMEIDA, Germano. **Morte no estádio: as causas da violência no futebol brasileiro**. 2013. Disponível em: <<http://www.maisfutebol.iol.pt/internacional-brasil-violencia-estadios-brasileiros/52b6f312e4b04388059c4920.html>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

ALVITO, Marcos. A madeira da lei: gerir ou gerar a violência nos estádios brasileiros? In: HOLLANDA, Bernardo B. Buarque de; REIS, Heloísa H. B. dos (orgs.). **Hooliganismo e Copa de 2014**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2014, pp. 159-170.

ARCHETTI, E; ROMERO, A. Death and Violence in Argentinian Football. In: R. Giulianotti, N. Bonney and M. Hepworth (eds), **Football, Violence and Social Identity**, London: Routledge, 1994

ARMSTRONG, Gary; GIULIANOTTI, Richard. **Fear and Loathing in World Football**. London: Bloomsbury Academic, 2001.

ARRUTY, Armino. **Crime, Criminalização e Controle Social**. 2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/crime-criminaliza-ccedil-atilde-o-e-controle-social/2161/#ixzz35gf4RTap>>. Acesso em: 28 mar. 2014

ATHAYDE, Phydias de. Anonimato na multidão. **Carta Capital**, São Paulo, jul. 2009.

BENEVIDES, Roberto. O nosso Vietnã. In: LERNER, J. (ed.). **A violência no esporte**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, 1996, pp.99-100.

BRASIL. Exposição de motivos . Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/MET/EM45-2002.htm>, 2002.

_____. Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003. Estatuto de Defesa do Torcedor . Brasília, DF, 2003.

_____. Lei 12.299, de 27 de julho de 2010. Lei 12.299/10. Brasília, DF, 2010.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Congresso Nacional, 1988.

BUFORD, Bill. **Entre os vândalos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BUSTOS, Alejandro V.; RODRÍGUEZ, Nelson Fabián. Aspectos legales, jurídicos y normativos sobre barras futboleras em Bogotá y Colombia In: ZUCAL, José Garriga (comp.). **Violencia en el fútbol**: Investigaciones sociales y fracasos políticos. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2013, pp. 297-319.

CAMPOS, Priscila Augusta Ferreira et al. AS DETERMINAÇÕES DO ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR SOBRE A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA: A SEGURANÇA DO TORCEDOR DE FUTEBOL NA APRECIÇÃO DO ESPETÁCULO ESPORTIVO. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, SC, v. 30, n. 1, set. 2008. ISSN 2179-3255. Disponível em: <<http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/188>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

CAPEZ, Fernando. Violência no futebol. In: LERNER, Júlio (ed.). **A violência no esporte**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, 1996, pp.79-88.

CARDOSO FILHO. José Adriano de Souza. **O código de defesa do consumidor e os eventos esportivos após o advento do estatuto do torcedor**. Dissertação. Curso de Relações Sociais / PUC-SP, São Paulo, 2007.

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil**. , São Paulo: Saraiva, 6ª edição, 2013.

CHINAGLIA, Arlindo. A violência nos estádios de futebol –sua origem, prevenção e repressão. In: LERNER, Júlio (editor). **A violência no esporte**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, 1996, pp.99-100.

COSTA, Márcia R. **Os carecas do subúrbio**: Caminhos de um nomadismo moderno (tese de doutorado). São Paulo, 1992.

_____. (coord.). **Futebol** : espetáculo do século. São Paulo: Musa, 1999.

CRUZ, Antonio Holzmeister Oswaldo. **A nova economia do futebol**: Uma análise do processo de modernização de alguns estádios brasileiros. 2005. 292 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

DA MATTA, Roberto (org.). 1982. **Universo do futebol: futebol e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek.

D'ORNELLAS, Camilo. Grandes eventos, uma perspectiva sobre a segurança e as novas arenas. In: HOLLANDA, Bernardo B. Buarque de; REIS, Heloísa H. B. dos (orgs.). **Hooliganismo e Copa de 2014**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2014, pp. 159-170.

DUNNING, Eric; ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FILHO, Mário. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964

FRANCO Jr., Hilário. **A Dança dos Deuses: Futebol, Sociedade, Cultura**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Luiz Flávio. **Estatuto do Torcedor comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GONÇALVES, Marcelo. Futebol e violência. In: LERNER, Júlio (editor). *A violência no esporte*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria da Justiça e defesa da Cidadania, 1996, pp.19-22

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de et al. **A torcida Brasileira**. Rio de Janeiro: 7letras, 2012. p. 86-121.

HOLZMEISTER, Antonio. **A nova economia do futebol: uma análise do processo de modernização de alguns estádios brasileiros** / Antônio Holzmeister Oswaldo Cruz. – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2005.

LANGEMANN, Frederico. **Análise do sentimento de segurança dos torcedores no estádio de futebol: um estudo a partir da instituição do JECrim no Estádio Olímpico Monumental**. 2010. 66 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28464/000769832.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 maio 2014.

LEVINE, R. Esporte e sociedade: o caso do futebol brasileiro. In: WITTER, J. S. (Org.). **Futebol e Cultura**. São Paulo: Convênio Imesp/Daesp, 1982.

MORATO, Márcio Pereira. **A rivalidade entre pontepretanos e bugrinos**. (Monografia). – Faculdade de Educação Física – UNICAMP, Campinas, 2003

MURAD, Mauricio. **Dos pés à cabeça: elementos básicos de sociologia do futebol**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1996.

_____. **A violência no futebol**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

Para 84,5% dos brasileiros, organizadas são responsáveis por brigas nos estádios. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 1-2. out. 2013. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,para-84-5-dos-brasileiros-organizadas-sao->

responsaveis-por-brigas-nos-estadios,1090734>. Acesso em: 25 mar. 2014.

PEARSON, G.; SALE. "On the Lash": revisiting the effectiveness of alcohol controls at football matches" in: **Policing & Society**, Vol. 21, No. 2, , 2011

PEARSON, G. **An Ethnography of English Football Fans: Cans, Cops and Carnivals**: New Ethnographies. Manchester: University Press, 2012.

PIMENTA, Carlos Alberto. **Torcidas organizadas de futebol**: violência e auto-afirmação. Taubaté: Editora Vogal, 1997.

PRESTES, Saulo Esteves de Camargo. **O Estatuto de Defesa do Torcedor e suas implicações na relação de oferta e demanda no futebol brasileiro**: O caso do Coritiba Football Clube. 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24020/versao_final_mestrado.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 abr. 2014.

REIS, Heloisa H. B. dos. **Espetáculo Futebolístico e Violência – Uma Complexa Relação**. In: DAOLIO, Jocimar. Futebol, cultura e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **Futebol e violência**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

_____; ESCHER, Thiago de A. **Futebol e sociedade**. Brasília: Líber Livros, 2006a.

_____. O espetáculo futebolístico e o Estatuto de Defesa do Torcedor. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**. 2010, vol.31, n.3

_____. Hooliganismo no Brasil: estilo de vida, violência/marginalidade/delinquência, incivilidade? – Contribuições ao debate a partir de um diálogo transacional. In: HOLLANDA, Bernardo B. Buarque de; REIS, Heloísa H. B. dos (orgs.). **Hooliganismo e Copa de 2014**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2014, pp. 113-120.

RIGO, Luis C.; KNUTH, Alan G.; JAHNECKA, Luciano; TAVARES, Ricardo P. **Estatuto de Defesa do Torcedor: um diálogo com o futebol pelotense**. Movimento, v.12, n.2, p.223-239, 2006.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Direito infracional**: garantismo, psicanálise e movimento antiterror. Florianópolis: Habitus, 2005.

SANTOS, Irlan Simões da Cruz. O público dos estádios: marcos históricos da atual elitização e arenização do futebol brasileiro. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 17., 2014, João Pessoa. **Anais...** . João Pessoa: Intercom, 2014. p. 1 - 15. Disponível em:

<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/lista_area_IJ08.htm>. Acesso em: 28 maio 2014.

SANTOS, Tarcyanie Cajueiro. **Dos Espetáculos de massa às torcidas organizadas: paixão, rito e magia no futebol**. São Paulo: Annablume, 2004.

SCHERER, Mathias Inacio. **A modernização do estádio Beira-Rio no contexto das políticas liberiais nos anos de 1992-2010**. 2011. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/37134>>. Acesso em: 03 abr. 2014

SILVA, S. R. da et. al. **O Estatuto de Defesa do Torcedor e a questão da violência: uma análise sobre a apreciação do lazer a partir dos torcedores de futebol**. Recife: Conbrace, 2007a. .

_____. **Observatório do torcedor: a relação dos torcedores de futebol e torcedores de voleibol com o Estatuto de Defesa do Torcedor em Belo Horizonte**. Recife: Conbrace, 2007b.

SUSTAS, Sebastián E. Las violencias sentenciadas. Análisis de las leyes en torno a la seguridad deportiva en Argentina. In: ZUCAL, José Garriga (comp.). **Violencia en el fútbol: Investigaciones sociales y fracasos políticos**. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2013, pp. 319-373.

TELLES, Vera da Silva .Violência e Cidadania.In: LERNER, Júlio (editor). **A violência no esporte**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, 1996.

TOBAR, Felipe Bertasso. A(s) inconstitucionalidade(s) da proibição da venda e do consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol. **Revista Brasileira de Direito Desportivo**, edição n. 22, Editora Revista dos Tribunais. São Paulo. 2012

TOLEDO, Luís Henrique .**Torcidas Organizadas** . Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

TREJO, Fernando S. M.; MURZI, Diego. Alternativas europeas comparadas de gestión de la seguridad y la violencia em los estadios de fútbol: três enfoque y aplicaciones diferentes. In: ZUCAL, José Garriga (comp.). **Violencia en el fútbol: Investigaciones sociales y fracasos políticos**. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2013, pp. 267-293.

TSOUKALA, Anastassia. Administrar a violência nos estádios da Europa: quais racionalidades? In: HOLLANDA, Bernardo B. Buarque de; REIS, Heloísa H. B. dos (orgs.). **Hooliganismo e Copa de 2014**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2014, pp. 21-35.

ULIANA, Santiago; GODIO, Matías. Separar, dividir y mortificar: Los dispositivos culturales de seguridad en los estadios de fútbol argentino. In: ZUCAL, José Garriga (comp.). **Violencia en el fútbol: Investigaciones sociales y fracasos políticos**. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2013, pp. 297-319.

UNZELTE, Celso. **O livro de Ouro do Futebol**. . São Paulo: Editora Ediouro, 2002.

Vigiar e Punir. **Gazeta do Povo**. Curitiba, p. 1-2. dez. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/m/conteudo.phtml?id=1201817&tit=Vigiar-e-punir>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

VÍTOR, Enrique García. Aspectos políticos criminales en materia de drogas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.63-76, dez. 1996.

ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro & SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003 vol. 1.